

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR – *CAMPUS* DE CACOAL
DEPARTAMENTO DO CURSO DE DIREITO

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR
VALÉRIA CARVALHO BARBOSA

Cacoal/ RO.
2007

VALÉRIA CARVALHO BARBOSA

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR

Trabalho Monográfico de Graduação para Conclusão de Curso, apresentado à banca da Universidade Federal de Rondônia UNIR – *campus* de Cacoal como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Direito, sob a orientação do professor Especialista Antônio Paulo dos Santos e co-orientação do professor Especialista Silverio dos Santos Oliveira.

Cacoal/ RO.
2007

PARECER DE ADMISSIBILIDADE DO ORIENTADOR

A acadêmica **VALÉRIA CARVALHO BARBOSA** desenvolveu o presente Trabalho de Conclusão de Curso sob o tema “**INQUÉRITO POLICIAL MILITAR**”, observando os critérios do Projeto Monográfico, apresentado ao Departamento de Direito da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, *Campus* Cacoal.

O acompanhamento foi efetivo, tendo o desenvolvimento do trabalho observado prazos fixados pelo Departamento do Curso de Direito.

Destarte, a acadêmica está apta para a apresentação expositiva de sua monografia junto à banca examinadora.

Cacoal-RO/2007.

Antônio Paulo dos Santos

Professor Orientador

Silverio dos Santos Oliveira

Professor Co-orientador

VALÉRIA CARVALHO BARBOSA

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR

AVALIADORES

1º Avaliador	Nota
2º Avaliador	Nota
3º Avaliador	Nota

Média

Dedico este trabalho a meu filho Victor, um amor que preenche todo meu ser. À minha tão dedicada mãe Antônia Carvalho Barbosa que me criou e me educou sozinha, como uma heroína, me ensinando que para conseguir o que almejo e tornar-me uma mulher realizada devo estudar e não me acomodar, para dar valor aos objetivos alcançados.

Agradeço,

Primeiramente a Deus, por me reanimar quando muitas vezes queria desistir de tudo, mostrando que é Dele que dependo em todo o momento;

À minha mãe por sempre me manter firme com meu objetivo e ter me educado de maneira tão amorosa;

Ao meu tio Antônio que apesar das lutas que passa, sei que me ama demais.

Ao incentivo de minha irmã Janaína, meu cunhado Robson e minhas amadas sobrinhas Talita, Natália e Rebeca;

Aos meus amigos e companheiros de faculdade, que tanto me ensinaram nessa jornada me dando forças em todo momento que precisei, obrigada, Izaura, Bertoldo, Gislaine, Valéria, Rachel, Leila, Credival, vocês são preciosidade em minha vida;

Ao Pastor Aziel, minha célula Gama 15: Nunes, Nenzim, Magal, Ademir, João Carlos, Ramiro, Leila e Lica, meus irmãos em Cristo e amigos maravilhosos, Ruslana, Fábio, Jarciley, Geda, Adenilson, Mário César, Alessandra Mara, que se mantiveram sempre prontos a me ajudar com meus trabalhos, com conselhos e com muitas orações, enfim, a toda Igreja Presbiteriana do Brasil de Presidente Médici que contribuiu com mais essa conquista em minha vida;

À corporação da Polícia Militar por todo o ensinamento e informações prestadas que tanto ajudaram na elaboração deste;

Porque Deus amou ao mundo de tal maneira, que deu o seu Filho unigênito, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna.

JO 3:16

RESUMO

O presente estudo tem por escopo apresentar o Inquérito Policial Militar não como um processo, mas como um procedimento administrativo militar e que presta-se à apuração sumária de fatos. O estudo foi realizado através de pesquisas bibliográficas, manuais da polícia militar e artigos científicos. O trabalho apresentado teve como base a solução de algumas questões tais quais: As Instituições Militares, visando à divisão de suas categorias, a análise do exercício de suas funções no qual encontra-se sujeitos ao Código Penal Militar, Leis Penais Especiais e Código de Processo Penal Militar, seus princípios basilares, isto é, hierarquia e disciplina, pois, cumpre verificarmos, ainda, que os militares, incumbidos constitucionalmente de nobres missões como a defesa da soberania nacional e da ordem pública, têm um regime jurídico que lhes é peculiar, impondo-lhes direitos e deveres incomuns à grande massa da população. Desde modo, o cometimento de atos que violem os valores pugnados pelos estatutos disciplinares castrenses deve ser apurado através de um procedimento que possua características ainda mais específicas em relação ao processo administrativo disciplinar dos servidores públicos em geral. Apresenta-se a definição de crime militar, o conceito de Inquérito Policial Militar, o que é necessário para sua instauração e quem são os encarregados para instauração, bem como, os prazos para encerramento e arquivamento. Serão elencadas as características do Inquérito Policial Militar, com finalidade principal de fornecer elementos para a propositura da ação penal. Os casos em que esse procedimento possibilitará ao Ministério Público Militar apreciar, para oferecimento da Denúncia, a prática do fato que infringiu a norma jurídica e sua autoria.

Palavras-chave: Instituição Militar. Hierarquia e Disciplina. Crime Militar. Polícia Judiciária Militar e Inquérito Policial Militar.

ABSTRACT

The present paper has the objective to present the Military Policial Inquerit not as a process, but as an administrative military procedure achich serves to collect facts summarily. The study was accomplished though bibliography research, military Policial manuals and scientific articles. The research presented had bases on the solutions of some questions, such as: the Military Institutions, with the intuit to the division of its categories, the analyzes of exercise of its functions in which we verify, still, that the militaries, in charge constitutionally of noble missions like as the defense of national soberany and the public order, have a juridical regime that is peculiar, imposing the rights and duties uncommon to the great part of the population. Therefore, the commitment of acts that violate the values ensured by the military disciplinary statues must be verified through a procedure that owns characteristics even more specific in relation to the administrative disciplinary process of the public workers in general. Presents the definition of military crime, the concept of Military Policial Inquerit, what is necessary for its instructions and who are in charge of it, its lapses to be concluded and filed and its finality. The characteristics of the Military Policial Inquerit, with the principal finality to provide elements to the instauration of the penal action. The cases in which this procedure will prompt the Military Public Ministry appreciates, to offer denuncy, the occurrence of the fact that inflicted the juridical norm and its authority.

Keywords: Militar Institution. Hierarchy and Discipline. Military Crime. Military Juridicionary Police and Military Policial Inquerit.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. AS INSTITUIÇÕES MILITARES BRASILEIRAS	14
2.1 AS FORÇAS ARMADAS	15
2.2 AS POLÍCIAS MILITARES E OS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES	15
2.3 A HIERARQUIA E A DISCIPLINA	17
2.3.1 A hierarquia e a disciplina nas organizações militares	17
2.3.2 A alteração do perfil legal das instituições militares estaduais com a emenda constitucional nº 18/98	19
3. A PREVISÃO CONSTITUCIONAL DOS CRIMES MILITARES E DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR	20
3.1 A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO E DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL	21
3.2 CONCEITO DE CRIME MILITAR	24
3.3 A AÇÃO PENAL NOS CRIMES MILITARES	34
4. INQUÉRITO POLICIAL MILITAR	37
4.1 CONCEITO E FINALIDADE	37
4.2 CARACTERÍSTICAS	39
4.3 INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO POLICIAL MILITAR	42
4.4 A AUTORIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR	48
4.4.1 As atribuições e as atividades da Polícia Judiciária Militar	50
4.4.1.1 Medidas Preliminares	51
4.4.1.2 Instrução do Inquérito Policial Militar	55
4.5 DETENÇÃO, PRISÃO PREVENTIVA, MENAGEM, INCOMUNICABILIDADE	

DO INDICIADO E O SIGILO DO INQUÉRITO POLICIAL MILITAR E O	
ADVOGADO	62
4.5.1 Detenção	62
4.5.2 Prisão Preventiva	63
4.5.3 Menagem	65
4.5.4 Incomunicabilidade do Indiciado	66
4.5.5 Sigilo do Inquérito Policial Militar e o Advogado	67
4.6 PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO POLICIAL MILITAR	68
4.7 DO ENCERRAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL MILITAR	69
4.8 ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL MILITAR	71
4.9 DA DISPENSA DO INQUÉRITO POLICIAL MILITAR	71
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 73
 REFERÊNCIAS	 75
 ANEXOS	 78
1 – Formulários sobre Inquérito Policial Militar	

1. INTRODUÇÃO

O Direito Penal Militar e o Direito Processual Penal Militar apresentam diferenças que devem ser exploradas, sob pena de serem totalmente distorcidos, devido à falta de informação sobre o assunto gerado pela escassez de boas publicações sobre o tema.

O conhecimento da divisão da classe militar em duas categorias, é de suma importância para compreensão deste, pois, tais instituições, têm como princípios básicos a hierarquia e a disciplina, incumbindo aos militares a responsabilidade pela manutenção da ordem e da segurança pública.

As instituições militares são formadas pelos integrantes das Forças Armadas, ou seja, Exército, Marinha e Aeronáutica e os integrantes das Forças Auxiliares, sendo elas as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, bem como, a reserva do exército que em suas atividades encontram-se sujeitos ao Código Penal Militar, Leis Penais Especiais e Código de Processo Penal Militar.

O objetivo deste trabalho é fazer uma abordagem precisa que disserte sobre a questão do Inquérito Policial Militar, em que esboça o raro senso prático destinado à orientação imediata de procedimentos que devam ser executados, concomitantemente, com a rapidez e eficiência, de modo que mais tarde a sociedade não venha a ser prejudicada, por inobservância de pressupostos constitucionais que encontra-se sujeito e igualmente, não podem ser desprezados em um Estado Democrático de Direito.

Os preceitos constitucionais, por conseguinte, tornaram relativo o caráter sigiloso do inquérito mencionado no Código Processo Penal Militar, onde a autoridade que o preside não poderá cercear o direito do advogado de ter acesso aos autos, de comunicar-se com o acusado, nem tampouco, caso esteja o indiciado preso este venha a ficar incomunicável, pois, segundo o artigo 133 do texto constitucional, o advogado é indispensável à administração da Justiça, seja Estados, da União ou das Justiças Especializadas, entre elas a Justiça Militar Estadual ou Federal.

Os crimes militares, desta maneira, ao serem identificados, devem ser apurados pelas autoridades de Polícia Judiciária Militar mediante inquéritos policiais militares, ressaltando as particularidades apresentadas na nossa Lei Maior bem como na legislação infraconstitucional, que traz para o cotidiano da distribuição da justiça castrense, a vantagem de não contemplar como crime militar alguns delitos previstos no Código Penal Comum.

O inquérito policial militar serve como peça informativa ao promotor de justiça para propositura da ação penal militar perante a autoridade competente, caso entender se houve ou não cometimento de crime desta natureza, sendo a investigação preliminar a apuração sumária dos fatos, a indicação dos elementos de autoria e materialidade do crime objeto da investigação, respeitando às garantias fundamentais do investigado.

Assim, o que este trabalho, também pretende discutir, é que o procedimento investigatório militar, deve transcorrer com o menor gravame possível aos direitos do indiciado, obedecendo aos direitos e garantias fundamentais assegurados aos cidadãos, seja ele civil ou militar, pois, com o advento do novo texto constitucional a autoridade militar que não respeitá-los estará praticando o crime de abuso de autoridade. O inquérito policial militar continua sendo inquisitivo, mas isso não significa que durante o seu curso poderá haver desrespeito aos princípios constitucionais que são assegurados aos todos os brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil.

Deste modo, com o Inquérito Policial Militar serão oferecidos ao Ministério Público, os elementos necessários para o início da ação penal militar ou a propositura de pedido de arquivamento em atendimento a lei processual castrense.

2. INSTITUIÇÕES MILITARES BRASILEIRAS

O militarismo existe no mundo desde os tempos mais remotos e consiste na organização de homens e armas que se destinavam, em regra, à tomada e manutenção do poder, por inúmeros motivos e interesses, relacionado por diversas vezes com atividades bélicas, às milícias ou aos soldados.

Após a Revolução Francesa de 1789, e o fim do Estado Absolutista, com o surgimento do Estado Moderno, as forças militares passaram a defender os interesses tutelados pelo Estado que as constituía.

Depois de sua descoberta em 1500, o Brasil, que era colônia de Portugal foi defendido por forças militares por mais de trezentos anos, contra as tentativas de invasão holandesas, espanholas e britânicas. Após sua independência em 1822, com a vinda da família real para o Brasil, é que foram instituídas as forças militares, mais precisamente, a marinha e o exército para a defesa da soberania da nação.

Ainda que em todas as Constituições do Brasil, desde a do Império, de 1824, os temas militares que tenham sido tratados, interessa-nos a presente configuração das Forças Armadas e das Polícias Militares Estaduais na Constituição da República de 1988, a fim de vislumbrarmos com clareza o atual perfil dos militares e das instituições democráticas de defesa do Estado.¹

As instituições militares brasileiras são organizadas com base na hierarquia e disciplina e de acordo com a Constituição Federal de 1988, são classificadas em duas categorias, os militares federais integrantes das Forças Armadas formados pela Marinha, Exército e Aeronáutica e os militares estaduais integrantes das Forças Auxiliares formados

¹ MELLO, Rogério Luis Marques de. **Processualidade Disciplinar Militar e Valores Castrenses**. <http://www.direitonet.com.br/artigos/x/25/38/2538> acessado em 01 de junho de 2007.

pelas Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares, organizados nos Estados membros e no Distrito Federal.

Particularmente foi após a Emenda Constitucional nº 18 de 05 de fevereiro de 1998 que o militar do nosso sistema jurídico foi dividido em duas categorias, desta maneira, o regime constitucional da classe militar que é possuidor de deveres, valores e um regime jurídico próprio e diferenciado que desempenha sua função com a seriedade que seu ofício exige, sendo fundamental a existência de uma Justiça Militar, ou seja, um órgão constitucional, que julga quando estes violam as regras existentes no Código Penal Militar e existe em função do militar preservando a segurança do cidadão e de seus bens, na qual torna necessária a existência de um ordenamento jurídico particular e de uma justiça especial militar que entenda os reais fins destas instituições, para que as normas sejam aplicadas de forma rígida, mas sempre com respeito aos princípios que regem a instituição militar.

2.1 AS FORÇAS ARMADAS

As Forças Armadas conforme estabelece na nossa Carta Magna, formada pela Marinha, Exército e Aeronáutica: “são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes da lei e da ordem²”. Desta maneira, as Forças Armadas, estão direcionadas à defesa da nossa Pátria, na qual nos oferece proteção social mesmo em situações de alta periculosidade.

2.2 AS POLÍCIAS MILITARES E OS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES

No âmbito Estadual, além da Polícia Civil, o sistema de segurança também é composto pela Forças Auxiliares, formados por duas instituições militares, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, organizada com base na hierarquia e na disciplina, são Militares dos Estados e Distrito Federal e dos Territórios, conforme dispõe o artigo 42 da Constituição Federal de 1988.

² Artigo 142, *caput*, da Constituição Federal de 1988.

Muitos Estados, na organização de suas milícias, preferiram manter como uma só instituição a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiro Militar, ou seja, a primeira engloba o segundo, como por exemplo, o estado de São Paulo, outros preferiu manter duas instituições distintas³.

As Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares são instituições destinadas à preservação da integridade física e patrimonial do cidadão, e salubridade pública, e não são responsáveis pelas questões de segurança nacional, que é uma atividade exclusiva das Forças Armadas.

A função especializada desenvolvida pela polícia exige a existência de regulamentos que disciplinem as ações de seus integrantes, que devem preservar a lei respeitando os direitos e garantias fundamentais que foram assegurados aos cidadãos, que também possuem limites, com base no interesse público e o bem comum.

Os policiais, civis ou militares, no Estado de Direito são os únicos servidores que podem utilizar a força quando esta for necessária para a manutenção da paz, e ao mesmo tempo utilizar as armas como instrumentos de combate à criminalidade que não respeita as regras previamente estabelecidas.

O militar federal é preparado para a defesa da Pátria, a preservação da soberania, o que exige técnicas de guerra, exercícios constantes, para que nenhuma nação estrangeira coloque em perigo a integridade do território nacional. O militar estadual deve ser preparado para o policiamento urbano, a preservação dos direitos e garantias fundamentais do cidadão, o combate às organizações criminosas, o que exige técnicas de investigação, conhecimento das condições urbanas, o relacionamento com a comunidade, investimentos em infra-estrutura material e humano.⁴

Os aspectos gerais dessas duas instituições são abrangidos pela Carta Magna da maneira que as Polícias Militares preserva a ordem e pública e é uma polícia ostensiva e aos Corpos de Bombeiros além das atribuições que lhes são definidas por lei também praticam as atividades de defesa civil.

³ MORAES, Reinaldo Zychan de. **Os Crimes Militares e o Inquérito Policial Militar**, p. 22.

⁴ ROSA, Paulo Tadeu Rodrigues. **Ilícito administrativo e ilícito penal – existem diferenças?** Jus Vigilantibus, Vitória, 13 dez. 2004. Disponível em: http://jusvi.com/doutrinas_e_peças/ver/26212621. Acesso em: 23 mai.2007.

2.3 A HIERARQUIA E A DISCIPLINA.

O texto constitucional estabelece que as Forças Armadas e Forças Auxiliares⁵ são formadas com base na hierarquia e na disciplina, nas quais são importantes para formação de todo o regime jurídico diferenciado que essas organizações estão sujeitas, desta maneira, nada mais razoável que sejam submetidos a este regime, onde cada um de seus integrantes possa saber prontamente qual autoridade é competente para emanar determinada ordem, bem como possa haver, paralelamente, o pronto e estrito atendimento a tal ordenação.

Nos termos do artigo 142 da Lei Maior, as “Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, **organizadas com base na hierarquia e disciplina**, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem” (grifo nosso). Por sua vez, as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, também são instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, sendo seus membros denominados de militares dos Estados de acordo com artigo 42, *caput*, da Constituição Federal, portanto não devemos esquecer que:

Os militares, indubitavelmente, lidam com valores ímpares como a vida, o patrimônio, a ordem pública ou a própria soberania estatal. Desempenham tarefas em que a agilidade operacional, a força da palavra e o cumprimento estrito de ordens são imprescindíveis. Para tanto, são instrumentalizados por materiais bélicos, fardamentos, prerrogativas e sistema axiológico que os distinguem (...)⁶.

Assim, torna-se necessário abordarmos o real significado de hierarquia e disciplina nas organizações militares, devendo-se ressaltar que os vínculos hierárquicos não se encerram nessas organizações havendo uma expressa disposição constitucional dessas Instituições pelos Chefes do Poder Executivo Federal e Estadual.

2.3.1 A hierarquia e a disciplina nas organizações militares

Com fundamento em todas as características ora mencionadas, é que o Estatuto dos Militares⁷ define, em seu art. 14, §1º, a hierarquia militar como a “ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas. A ordenação se faz por postos

⁵ As Forças Auxiliares são representadas pelas Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares.

⁶ MELLO, Rogério Luis Marques de. *op.cit.* <http://www.direitonet.com.br/artigos/x/25/38/2538> acessado em 01 de junho de 2007

⁷ Lei nº 6.880/80.

ou graduações; dentro de um mesmo posto ou graduação se faz pela antiguidade no posto ou graduação. O respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à seqüência de autoridade”. E, ainda, no mesmo artigo, em seu § 2º, define-se a disciplina como “a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo”.

Celso Antonio Bandeira de Melo, *apud*, Moraes, leciona que a hierarquia pode ser definida como, o vínculo de autoridade que une órgãos e agentes, através de escalões sucessivos, numa relação de autoridade, de superior a inferior, de hierarca a subalterno. Os poderes do hierarca conferem-lhe, de forma contínua e permanente.⁸

No estudo de José Afonso da Silva, *apud*, Carvalho, sobre a hierarquia e disciplina militar ele pôde salientar que:

A hierarquia é o vínculo de subordinação escalonada e graduada de inferior a superior e a disciplina é o poder que tem os superiores hierárquicos de impor condutas e dar ordens aos inferiores. Correlativamente, significa dever de obediência dos inferiores em relação aos superiores. Partindo dessa afirmação é possível notar o fato de que a hierarquia e disciplina militar entrelaçam-se sobremaneira, que são ambas interpenetráveis e indissociáveis.

Contudo, deve-se atentar para a inconfundibilidade desses bens jurídicos, pois, como se vê hierarquia e disciplina, são termos correlatos, no sentido de que a disciplina pressupõe relação hierárquica. Somente se é obrigado a obedecer, juridicamente falando, a quem tem o poder hierárquico. Onde há hierarquia, com superposição de vontades, há, correlativamente, uma relação de sujeição objetiva, que se traduz na disciplina, isto é, no rigoroso acatamento pelos elementos dos graus inferiores da pirâmide hierárquica, as ordens, normativas ou individuais, emanadas dos órgãos superiores. A disciplina é, assim, um corolário de toda organização hierárquica.⁹

Como apresentado, ao conceito do Estatuto Militar, manifesta-se a disciplina, basicamente, pela obediência pronta às ordens do superior, utilização total das energias em prol do serviço, correção de atitudes e cooperação espontânea em benefício da disciplina coletiva e da eficiência da instrução. Assim, compreende-se que a hierarquia e a disciplina apresentam-se como elementos imprescindíveis à compreensão da estrutura militar, diferenciada da hierarquia e disciplina comum, em face das especiais missões constitucionais

⁸ MORAES, Reinaldo Zychan de, *op cit*, p. 26

⁹ CARVALHO, Alexandre Reis de. **A tutela jurídica da hierarquia e da disciplina militar**. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 806, 17 set. 2005. <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7301> acessado em: 01 jun. 2007.

atribuídas às Forças Armadas, portanto, esses conceitos não se confundem, são princípios afins que se complementam formando uma estrutura para que os objetivos traçados pela Constituição Federal para as Instituições Militares sejam atingidos para que o interesse social seja cumprido.

Pode-se, em tese, dizer que a afronta a esses dois valores surte em sanções que variam de menor para maior gravidade, onde a violação menor gera sanções regulamentares e as violações maiores geram sanções administrativas, na qual pode impor uma variada gama de punições como, por exemplo, ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, **salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei** (grifo nosso).¹⁰

Não caberá *habeas corpus* em relação a punições disciplinares militares;
 Aos militares são proibidas a sindicalização e a greve;
 O militar enquanto em serviço ativo não pode estar filiado a partidos políticos;
 O oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar em tempo de paz, ou de tribunal especial em tempo de guerra;
 O oficial condenado na justiça comum ou militar a pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será submetido ao julgamento previsto no inciso anterior.¹¹

Desta maneira, além de outras punições são geradas as chamadas sanções penais militares, caracterizando-se como crime militar, cabendo ao Ministério Público fiscalizar o cumprimento da lei penal militar, fazendo com que se respeitem às normas de hierarquia e disciplina.

2.3.2 A alteração do perfil legal das instituições militares estaduais com a emenda constitucional nº 18/98

Com o advento da Emenda Constitucional nº 18 de 05 de fevereiro de 1998, estruturou-se um regime jurídico diferenciado para os militares em relação a outras categorias de agentes públicos, particularmente no que se refere aos militares estaduais, pois, abandonou a antiga denominação de servidores públicos militares, onde se igualavam com os servidores públicos civis.

¹⁰ Artigo 5º, inciso LXI, da Constituição Federal de 1988.

¹¹ Artigo 142 § 2º, inciso IV, V, VI e VII, da Constituição Federal de 1988.

A hierarquia e a disciplina foram estabelecidas como pressupostos básicos da organização das Forças Auxiliares em face da alteração promovida no *caput* do artigo 42 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 18 de 1998, baseando na hierarquia disciplina os membros das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares, ou seja, militares dos Estados, do Distrito Federal e dos territórios. Contudo os valores básicos de suas Instituições já estavam incorporados a essas corporações, mas trouxe uma maior reflexão, ou seja, devido a qualquer norma infraconstitucional dever levar em conta os princípios da nossa Carta Magna, no qual mostra a vontade do poder constituinte reformador ao inserir esses valores como base dessas organizações.

3. A PREVISÃO CONSTITUCIONAL DOS CRIMES MILITARES E DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR.

Como já salientado, existem duas formas de organizações militares, as estaduais e as federais.

A Justiça Militar, no que se refere à Constituição é competente para processar e julgar os autores dos crimes militares, dividindo-se em Justiça Militar da União e Justiça Militar Estadual.

A definição do crime militar é essencial para o a compreensão exata da competência da Justiça Militar como também as atribuições das autoridades de Polícia Judiciária Militar para instauração de inquéritos policiais militares, porém sua definição encontra expressa à legislação infraconstitucional mais precisamente no Código Penal Militar, mas antes da análise mais minuciosa do citado, algumas considerações devem ser feitas em relação ao tratamento dispensado pela nossa Carta Magna à matéria.

A existência de crime militar está prevista na Constituição Federal, onde a definição da competência da Justiça Militar da União está disposta no seu artigo 124, *caput*, onde esclarece que, à Justiça Militar compete processar e julgar os crimes militares definidos em lei. Já o artigo 125, § 4º estabelece da competência da Justiça Militar Estadual, compete à esta processar e julgar os crimes praticados por policiais militares e bombeiros militares, definidos em lei, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente os oficiais e da graduação dos praças. O artigo 5º, inciso LXI da nossa Lei Maior versa sobre a forma

especial de prisão para crimes propriamente militares e o artigo 144, § 4º exclui da Polícia Civil as atribuições de Polícia Judiciária e a apuração das infrações penais dessa natureza.

Com o exposto em nossa Lei Maior e no Código Penal Militar é necessário fazer uma análise para compreender melhor o assunto mencionado.

3.1 DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO E DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

Em decorrência da divisão das instituições militares em Forças Armadas e Auxiliares, a Justiça Militar, também divide-se em Justiça Militar Federal e Justiça Militar Estadual.

A Justiça Militar Federal julga em regra, os militares integrantes das Forças Armadas, quando estes violarem os dispositivos do Código Penal Militar, enquanto que a Justiça Militar Estadual julga os integrantes das Forças Auxiliares.

A competência da Justiça Militar, federal ou estadual, é definida pela análise da extensão do conceito de crime militar, considerando tanto a lei penal militar, como a interpretação sistematizada de todo o ordenamento jurídico.

Assim, a Justiça Militar é um órgão constitucional, que existe em função da condição de militar do integrante da instituição militar e não em função da classe militar. O fato da organização militar possuir como sustentáculo, os princípios de hierarquia e disciplina que visam preservar a própria instituição militar, bem como a ética profissional em respeito às instituições democráticas, e o de ter por escopo à manutenção da ordem no Estado, preservando a segurança do cidadão e de seus bens, torna necessária a existência de um ordenamento jurídico particular e de uma Justiça especial militar que entenda os reais fins destas instituições, para que as normas sejam aplicadas de forma rígida, mas sempre com respeito aos princípios que regem a instituição militar. Esse respeito aos princípios não atenua o rigor, muito pelo contrário, fortalece a seriedade com que deve ser tratado o múnus militar¹².

O artigo 125, § 4º da Constituição Federal, estabelece a competência da Justiça Militar Estadual, o processo e julgamento dos crimes militares praticados por policiais militares e bombeiros militares, não podendo abranger outras infrações penais. Da mesma forma o artigo 124 da Lei Maior, estabelece a Justiça Militar da União a competência e restrição ao processo e julgamento dos crimes militares.

¹² MORENO, Fabrício Gonçalves Dias Moreno, Adnael Alves da Costa Neto, Ângelo Bacigalupo Neto, Marcelo Augusto César, Rubens Caruso Neto, acadêmicos de Direito do Centro Universitário de Rio Preto (UNIRP) - *Justiça militar: extinguir ou reformar*. <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1572> acessado em 01 de junho de 2007.

A nossa Carta Magna não delimita a competência da Justiça Militar da União, no que se refere ao sujeito ativo dos crimes militares, então, os civis caso estes venham a praticar qualquer crime militar, próprio ou impróprio, no interior de uma Organização Militar, em uma área sujeita a administração militar ou em co-autoria com outro militar, bem como, os militares podem ser processados e julgados, exceto os militares estaduais que ao praticar um crime militar, serão julgados pela Justiça Militar Estadual, ou seja, o foro militar é especial e a ele estão sujeitos, em tempo de paz, nos crimes definidos em lei contra as instituições militares ou a segurança nacional, os oficiais e praças das Polícias e Corpos de Bombeiros Militares, quando incorporados as Forças Armadas.¹³

Cabe lembrar que os crimes de segurança nacional possuem vários dispositivos que não foram recepcionados pela nossa Carta Magna, bem como algumas disposições existentes no Código de Processo Penal no que se refere a esses crimes também não foram recepcionados pela atual Constituição Federal, podendo ser citado como, por exemplo, o disposto do Artigo 15 do Código Processo Penal Militar , que determina que o encarregado do inquérito em se tratando de infração penal contra a segurança nacional, sê-lo-á, sempre que possível, oficial superior, atendida em cada caso, a sua hierarquia, se oficial o indiciado. E, particularmente por estabelecerem a competência da Justiça Militar da União para sua apuração conforme salienta a lei que trata dos crimes contra a segurança nacional de ordem política e social onde friza que:

Compete à Justiça Militar processar e julgar os crimes previstos nesta lei, com observância das normas estabelecidas no Código de Processo Penal Militar, no que não colidirem com disposições desta Lei, ressalvada a competência originária do Supremo Tribunal Federal nos casos previstos na Constituição.¹⁴

Isso ocorre por tais crimes, também conhecido como crimes políticos, estarem sob a competência da Justiça Federal, conforme artigo 109, inciso IV da Constituição Federal, onde diz que compete aos juizes federais processar e julgar os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços e interesse da União ou de suas entidades autárquicas excluídas as competências da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral sendo que de

¹³ Art. 82, inciso I, alínea “d” do Código Processo Penal Militar.

¹⁴ Art. 30 da Lei nº 7170 de 14 de dezembro de 1983.

acordo com o artigo 144, inciso I, § 1º, também da Constituição, cabe à Polícia Federal a realização das atividades de Polícia Judiciária.

Os crimes militares são definidos em uma norma infraconstitucional, ou seja, Código Penal Militar, portanto, qualquer alteração que venha a sofrer futuramente, acarreta a mudança material da competência da Justiça Militar da União e Estadual, tal como ocorreu no caso da Lei nº 9.299 de 07 de agosto de 1996, que retirou da competência da Justiça Militar a apuração de crimes dolosos contra a vida praticados por militar contra civil.

A interação das normas do nosso ordenamento jurídico faz com que a interpretação de uma norma possa influenciar em outras, ou seja, quando determinado crime é da competência da Justiça Comum, ao mesmo tempo afirma-se que o delito não é crime militar, devido à maneira em que a Constituição Federal definiu a competência da Justiça Militar, Federal ou Estadual.

Nos casos em que envolvem a Justiça Militar Estadual, deve ser ressaltado que há diversas decisões do Superior Tribunal de Justiça, *apud*, Moraes, que no exercício de sua competência conferida pelo artigo 105, inciso I, alínea “d” da nossa Carta Magna, que, por serem reiteradas, acabaram sendo sumuladas e na prática, causaram alterações na competência da Justiça Militar, destacando-se, portanto, as seguintes súmulas:

SÚMULA 6: Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar delito decorrente de acidente de trânsito envolvendo viatura de Polícia Militar, salvo se o autor e vítima forem policiais militares em situação de atividade.

SÚMULA 53: Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar civil acusado de prática de crime contra instituições militares estaduais.

SÚMULA 75: Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar policial militar por crime de promover ou facilitar a fuga de preso de estabelecimento Penal.

SÚMULA 90: Compete à Justiça Estadual Militar processar e julgar o policial militar pela prática do crime militar, e à Comum pela prática do crime comum simultâneo àquele.

SÚMULA 172: Compete à Justiça Federal processar e julgar militar por crime de abuso de autoridade, ainda que praticado em serviço¹⁵.

¹⁵ MORAES, Reinaldo Zychan de, Op. Cit., p. 35.

3.2 CONCEITO DE CRIME MILITAR

Apesar de a Constituição Federal prever, em particular, no inciso LXI do artigo 5º, a existência do crime propriamente militar, ao citar que, ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão disciplinar ou crime propriamente militar, definidos em lei, não há definição legal de tal figura jurídica.

A despeito da inexistência de lei definidora, a doutrina há muito vem solidificando tal tipo de crime como aquele que somente pode ser cometido por policial militar da ativa. Esmeraldino Bandeira, *apud*, Moraes, acentua que:

Crime propriamente militar, recebeu sua definição mais precisamente no Direito Romano e consistia naquele crime que só o soldado pode cometer, porque dizia particularmente respeito à vida militar, considerada no conjunto da qualidade funcional do agente, da materialidade especial da infração e da natureza peculiar do objeto danificado, que devia ser o serviço, a disciplina, a administração ou a economia militar.¹⁶

Contudo, existem os chamados crimes impropriamente militares, os quais podem ser praticados tanto por militares quanto por civis. A existência de tais delitos gera várias polêmicas, principalmente por submeterem militares a julgamento em um juízo diferente daqueles que os civis que praticam a mesma infração penal e, também, por haver possibilidade de que civis, em alguns casos, possam ser julgados perante a Justiça Militar.

Tais considerações existem devido as conseqüentes reformas do Código Penal Comum que criam disparidades com o Código Penal Militar. Como exemplo dá-se o crime de latrocínio, artigo 157, § 3º, 2ª parte do Código Penal, no qual prevê a pena de 20 a 30 anos de reclusão e multa, enquanto o artigo 242, § 3º, 2ª parte do Código Penal Militar a pena prevista é de 15 a 30 anos. Desta maneira, se um policial militar pratica tal delito em serviço, que conforme o artigo 9º, inciso II, alínea “c”, do Código penal Militar, caracteriza como crime militar, em concurso com um civil, em hipótese que não haja a caracterização deste crime, apesar de o primeiro ter conduta mais grave e de maior danosidade social, estará sujeito a uma menor pena mínima.

¹⁶ MORAES, Reinaldo Zychan de, *op. cit.*, p. 37.

Devido a forte polêmica que o assunto causa, o legislador, ao elaborar o Código Penal Militar, incluiu em sua Parte Especial diversos crimes impropriamente militares, devendo ser observado que, justamente por possuir uma maior carga de reprovabilidade alguns crimes impropriamente militares apresentam maior sanção, devido a circunstância da ocorrência do mesmo. Como acontece no crime de peculato que no Código Penal Comum em seu artigo 312 o mesmo apresenta uma pena privativa de liberdade a reclusão 2 a 12 anos, enquanto no Código Penal Militar a pena é de reclusão de 3 a 15 anos.

O Decreto-lei nº 1.001 de 21 de outubro de 1969, ou seja, o Código Penal Militar, divide-se em parte geral e parte especial, onde a primeira é composta pelos artigos 1º a 135 e a segunda subdivide-se em Livro I, dos Crimes Militares em tempo de Paz composta pelos artigos 136 a 354 e Livro II, dos Crimes Militares em tempo de Guerra, composta pelos artigos 355 a 410.

Salienta-se que a lei penal castrense combinada com o disposto na Constituição Federal prevê a existência da pena de morte, em alguns crimes militares em tempo de guerra no qual será executada através de fuzilamento, como dispõe o artigo 56 do Código Penal Militar.

Ao contrário do que ocorre no Código Penal Comum, no Código Penal Militar, para Mirabete, os crimes são todos de tipicidade indireta, ou seja, é necessário à tipicidade que se complete o tipo penal com outras normas, contidas na parte geral.¹⁷

Assim, existe a necessidade de se combinar o tipo penal dos crimes em tempo de paz com alguma das hipóteses do artigo 9º, ou do tipo penal dos crimes em tempo de guerra com o artigo 10, portanto, não há propriamente uma definição legal de crime militar e sim circunstâncias arroladas nos artigos 9º e 10 do Código Penal Militar, que devem ser consideradas na correta tipificação legal das infrações penais castrenses.

Não se pode confundir crime militar com os crimes praticados por militares. O militar, de serviço ou não, pode praticar crimes definidos no Código Penal Militar, bem como crimes previstos em outras normas penais. Todavia, o Código Penal Militar prevê diversas figuras

¹⁷ MIRABETE, Julio Fabbrini. *Manual de Direito Pena; parte geral*, v. I, p. 113.

típicas que podem ser praticadas por civis, ou seja, dentro de terminadas circunstâncias civis podem praticar crimes militares, não sendo adotados, com exclusividade, critérios referente ao local da conduta delitiva, materialidade ou até mesmo circunstâncias temporais, optando o legislador por estabelecer critérios combinados e diluídos em diversos dispositivos da Parte Especial, mas principalmente nos artigos 9º e 10 da lei penal militar.

O artigo 9º do Código Penal Militar versa sobre critérios para a caracterização dos crimes militares em tempo de paz, ao ser elaborado, o legislador utilizou-se de um conjunto de fórmulas que apresentam uma confusa redação. Desta maneira, é necessária para harmonia dos critérios mais precisamente ao que tange à definição dos sujeitos ativos de tais delitos, uma interpretação intensa de tal artigo.

Consideram-se crimes militares, em tempo de paz:

I - os crimes de que trata este Código, quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, qualquer que seja o agente, salvo disposição especial;

II - os crimes previstos neste Código, embora também o sejam com igual definição na lei penal comum, quando praticados:

- a) por militar em situação de atividade ou assemelhado, contra militar na mesma situação ou assemelhado;
- b) por militar em situação de atividade ou assemelhado, em lugar sujeito à administração militar, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil;
- c) por militar em serviço ou atuando em razão da função, em comissão de natureza militar, ou em formatura, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil;
- d) por militar durante o período de manobras ou exercício, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil;
- e) por militar em situação de atividade, ou assemelhado, contra o patrimônio sob a administração militar, ou a ordem administrativa militar;

III - os crimes praticados por militar da reserva, ou reformado, ou por civil, contra as instituições militares, considerando-se como tais não só os compreendidos no inciso I, como os do inciso II, nos seguintes casos:

- a) contra o patrimônio sob a administração militar, ou contra a ordem administrativa militar;
- b) em lugar sujeito à administração militar contra militar em situação de atividade ou assemelhado, ou contra funcionário de Ministério militar ou da Justiça Militar, no exercício de função inerente ao seu cargo;
- c) contra militar em formatura, ou durante o período de prontidão, vigilância, observação, exploração, exercício, acampamento, acantonamento ou manobras;
- d) ainda que fora do lugar sujeito à administração militar, contra militar em função de natureza militar, ou no desempenho de serviço de vigilância, garantia e preservação da ordem pública, administrativa ou judiciária, quando legalmente requisitado para aquele fim, ou em obediência a determinação legal superior.

Crimes militares em tempo de guerra

Parágrafo único. Os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos contra civil, serão da competência da justiça comum.¹⁸

¹⁸ Artigo 9º do Código Penal Militar.

No tocante ao sujeito ativo, o I do artigo 9º do Código Penal Militar, nada fala sobre esse assunto, no que se trata de crimes militares são apresentadas duas formas, a previsão exclusiva no Código Penal Militar e crimes previstos na lei penal militar e em alguma lei penal comum, contudo tipos penais divergentes.

O critério para caracterização dos crimes previstos exclusivamente no Código Penal Militar é baseado na conduta grave que possa afetar as instituições militares, particularmente no que se refere à hierarquia e disciplina, tipificando-as como infrações penais, pois na maioria dos casos, questões diversas ocasionadas pela criminalização dessas condutas visam evitar que ocorram riscos nas atividades desempenhadas nas instituições, como também preservar a rígida estrutura a que deve seus integrantes ser sujeitados. O artigo 187 do Código Penal Militar prevê o crime de deserção, como conduta que afeta as instituições militares: Ausentar-se o militar, sem licença, da unidade em serve, ou do lugar em que deve permanecer, por mais de oito dias: Pena – detenção, de seis meses a dois anos; se oficial a pena é agravada.

No que se refere aos diversos tipos penais, o legislador sintetizou a caracterização dos crimes militares a condutas que diretamente, atinjam as instituições Militares e se, contudo não houver tipicidade penal militar, haverá por sua vez a caracterização do crime comum, como exemplo o crime de desobediência, no qual apresenta no Código Penal Comum em seu artigo 330, desobedecer à ordem legal de funcionário público: Pena – detenção, de quinze dias a seis meses, e multa e no Código Penal Militar o artigo 301 diz: Desobedecer à ordem legal de autoridade militar.

Se houver desobediência a uma requisição judicial emanada de um juiz de direito, o crime previsto é da Justiça Penal Comum em qualquer das circunstâncias.

No inciso II do Artigo 9º do Código Penal Militar, o sujeito ativo é expresso ou implícito como o militar da ativa, no que se refere aos crimes militares este inciso os trata de forma igual os crimes impropriamente militares previstos na lei penal como no Código Penal Militar, como ocorre no crime de homicídio, que tanto no Código Penal Comum e no Código Penal Militar a pena prevista é reclusão de 6 (seis) a 20 (vinte) anos.

Contudo, se a conduta do agente se caracteriza como infração penal castrense, estão, portanto, presentes algumas hipóteses nas alíneas do inciso II do artigo 9º do Código Penal Militar, no qual os crimes previstos neste Código, embora também o sejam com igual definição na lei penal comum, apresentando as seguintes possibilidades.

Os crimes quando praticados por militar em situação de atividade ou assemelhado, contra militar na mesma situação ou assemelhado ocorre quando a conduta é praticada por um militar da ativa e a vítima é outro militar da ativa, não sendo necessário que ambos estejam de serviço, salvo se o tipo penal exigir tal circunstância, para caracterização do crime o critério utilizado é a qualidade pessoal do agente e da vítima como policiais militares da ativa.

A situação de atividade dos militares está disposta do artigo 5º da Lei 6880 de 09 de dezembro de 1980, o Estatuto dos Militares, onde assevera que é: “caracterizada por atividade continuada e inteiramente devotada às finalidades precípua das Forças Armadas, denominadas atividade militar”, portanto, visa àquele que está no exercício de sua carreira, ou seja, o mesmo que, “na ativa”, “da ativa”, “em serviço ativo” ou simplesmente “em serviço”.

Ao que se refere à figura do assemelhado, o artigo 21 do Código Penal Militar define o assemelhado como o servidor, efetivo ou não, dos Ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, submetido a preceito de disciplina militar, em virtude de lei ou regulamento, bem como, o assemelhado era um agente público que estava sujeito ao regime disciplinar próprio dos militares e que, em muitos casos, praticava crimes militares e nas mesmas condições dos militares da ativa, todavia, em 1969 quando o Código Penal Militar foi editado não existia qualquer servidor de Ministério Militar sujeito à disciplina militar e nenhuma lei que os sujeitasse, portanto, tal figura não existe mais. Cabe lembrar que os servidores civis das Forças Armadas e Auxiliares, não podem ser chamados de assemelhados por não estar sujeitos ao regime disciplinar dos militares devido à qualidade de celetistas ou estatutários.

Os crimes quando praticados por militar em situação de atividade ou assemelhado, em lugar sujeito à administração militar, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil, o sujeito ativo é o militar da ativa e o sujeito passivo pode ser civil ou militar da reserva ou reformado. Os militares da reserva referem-se aqueles militares que não estão na ativa, mas por situações já definidas em lei podem retornar para o serviço ativo, já os militares reformados não podem retornar ao serviço ativo, pois são militares inativos que estão

afastados geralmente por ter atingido certa idade. Assim, podem ser sujeitos ativo e passivo como dispõe o artigo 13 do Código Penal Militar no qual salienta que a esses militares conservam-se as prerrogativas e responsabilidades do posto ou graduação para efeito de aplicação da lei penal militar, quando pratica ou contra ele são praticados crimes militares.

Para caracterização do crime militar, o critério predominante é o lugar em que ocorre o mesmo, lugar sujeito à administração militar, ou seja, interior de quartéis e imóveis que, por expressa disposição legal ou outro ato normativo emanado de autoridade competente, tenha seu uso controlado pelas Forças Armadas ou Forças Auxiliares.

Nos crimes praticados por militar em serviço ou atuando em razão da função, em comissão de natureza militar, ou em formatura, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou são denominados sujeito ativo do crime castrense o militar da ativa em serviço ou aquele militar que de qualquer maneira esteja desempenhando sua atividade funcional, independentemente da hora que venha a sair do serviço. Cabe frizar que o militar em comissão desta natureza, ou em formatura, está, invariavelmente de serviço, contudo, não se faz, necessário, que a conduta seja praticada em lugar sujeito à administração militar.

Nos crimes praticados por militar durante o período de manobras ou exercício, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil; o crime militar é caracterizado quando a conduta é praticada por militar da ativa durante as instruções ou outros tipos de exercícios de tropa e o sujeito passivo é o militar inativo e civil.

O crime praticado por militar em situação de atividade, ou assemelhado, contra o patrimônio sob a administração militar, ou a ordem administrativa militar, é previsto como sujeito ativo o militar da ativa que pratica uma infração penal que atinge patrimônio sob a administração militar, ou seja, bens pertencentes às Forças Armadas ou Forças Auxiliares ou sem pertencer ao patrimônio militar administradas por estas instituições, mediante convênio ou como ocorre no crime de peculato praticado por um militar da ativa, conduta esta, disposta no art. 303 do Código Penal Militar, ou seja, aqueles que atingem a ordem administrativa militar, como os crimes impropriamente militares.

A lei nº 9.299, de 07 de agosto de 1996, que dispõe sobre o objetivo da Justiça Militar e sua competência, alterou em parte a redação do artigo 9º Código Penal Militar, assim, em primeiro lugar acrescentou à alínea “c”, inciso II, de tal dispositivo, a expressão: “atuando em razão da função”, passando a estender a abrangência da situação do militar da ativa e serviço para os casos em que mesmo estando de folga age em razão da função.

Essa lei também veio suprimir a polêmica alínea “f” de tal artigo, onde fundamentava que o crime praticado por militar em situação de atividade ou assemelhado que, embora não estando em serviço, usasse armamento de propriedade militar ou qualquer material bélico, sob guarda, fiscalização ou administração militar, para a prática de ato ilegal. Essa redação, no entanto, criava distorções na caracterização dos crimes militares, possibilitando ao agente do delito escolher, como melhor lhe convinha, se desejava ser processado e julgado pela justiça Militar ou pela Justiça Comum, apenas pela escolha do armamento usado.

Para alguns setores da sociedade, a Justiça Castrense é um foro privilegiado onde dificilmente os acusados são condenados à pena privativa de liberdade. Deve-se observar, que esta Justiça Especializada nem mesmo admite a aplicação da Lei n.º 9099/95 sob a alegação de que a hierarquia e a disciplina devem ser preservadas. Antes da Lei dos Juizados Especiais Criminais que sofreu modificações que ferem o disposto no art. 5º, *caput*, da CF, somente o Supremo Tribunal Federal por meio de decisões proferidas em recursos extraordinários reconhecia a possibilidade de aplicação dos benefícios da Lei à Justiça Militar.

Em 1996, o legislador federal no exercício do poder constituinte derivado entendeu que no caso dos crimes dolosos contra a vida praticados por militares, federais ou estaduais, contra civis estes deveriam ser julgados pela Justiça Comum. Por força do art. 5º, inciso XXXVIII, da Constituição Federal, o juiz natural para processar e julgar os crimes dolosos contra a vida é o Tribunal do Júri, que possui soberania em seus veredictos.

Antes do advento da Lei 9.299/96 e da Emenda Constitucional nº 45/2004, os crimes praticados por policiais militares e bombeiros militares, que são considerados militares estaduais por força do art. 42 da CF, contra a vida de civis, eram processados e julgados perante a Justiça Militar Estadual, o que afastava a competência do Tribunal de Júri. Ao invés de modificar o art. 124, *caput* e o art. 125, § 4º, ambos da Constituição Federal, que tratam da competência da Justiça Militar Federal e da Justiça Militar Estadual,

respectivamente, por meio de Emenda Constitucional, o legislador se limitou a editar uma Lei Federal de aspecto processual objetivando modificar o artigo 9º do Código Penal Militar. As modificações introduzidas pela Lei, as quais foram questionadas pela doutrina como sendo inconstitucionais, não afastou a competência da Justiça Militar para processar e julgar os crimes dolosos contra a vida praticados por militares contra militares, e nem mesmo a modalidade culposa, como no caso do homicídio culposo.

O crime de homicídio praticado por um militar, federal ou estadual, não deixou de ser crime militar impróprio, que também está previsto no Código Penal Comum, mas passou por força de lei a ser processado e julgado pela Justiça Comum, o que contrariou o disposto nas normas constitucionais. Apesar das modificações ocorridas no âmbito da Justiça Militar Estadual e que foram confirmadas pela Emenda Constitucional 45/2004, o inquérito policial para apurar a autoria e materialidade dessa espécie de ilícitos é o inquérito policial militar que continua sendo da competência da Polícia Judiciária Militar.¹⁹

As alterações que foram realizadas no Código Penal Militar não mais se encontram em conflito com as normas constitucionais que tratam das atribuições dos juízes e Tribunais Militares no âmbito da Justiça Militar Estadual, mas com relação à Justiça Militar da União este conflito permanece. A Lei Federal pode alterar competência desde que não entre em conflito com dispositivos constitucionais. No caso dos crimes dolosos contra a vida, a competência da Justiça Militar, Federal ou Estadual, a princípio somente poderia ter sido alterada por meio de Emenda Constitucional.

Do texto constitucional observa-se que, respeitando-se o dispositivo constitucional, cláusula de natureza pétrea, fixou-se diferentemente competência para as duas esferas de Justiça Militar, isto é, federal e estadual. À primeira, diz a Constituição competir o julgamento dos crimes militares definidos em lei, enquanto à segunda restringiu a jurisdição aos casos de crime militar praticados por policiais militares e bombeiros militares. Portanto, mesmo que o civil possa cometer crime de natureza militar também denominados de impropriamente militares, somente ficará sujeito à jurisdição castrense se ofender bem jurídico vinculado às Forças Armadas, contudo, se o fizer em detrimento das Polícias Militares ou Corpos de Bombeiros Militares, deverá ser julgado pela Justiça comum, caso ocorra infração correspondente tipicidade na legislação penal comum, por carecerem os órgãos das Justiças Militares estaduais de competência para julgamento de civis.

¹⁹ ROSA, Paulo Tadeu Rodrigues. **A inconstitucionalidade da lei que altera o foro militar e a Emenda Constitucional nº45/2004.** Jus Vigilantibus, Vitória, 23 fev. 2006. Disponível em: http://jusvi.com/doutrinas_e_peças/ver/20.252. Acesso em: 23 mai.2007.

Além dos militares da ativa, excepcionalmente a lei penal castrense, prevê como sujeito ativo de crimes militares, o militar reformado ou da reserva ou mesmo o civil, quando o objetivo principal do agente for atingir as instituições militares, como prescreve o artigo 9º do Código Penal Militar em seu inciso III, ou seja, os militares inativos ou civis podem praticar os crimes elencados nos incisos I e II do artigo 9º do Código Penal Militar, desde que, se enquadrem à tipicidade penal, como por exemplo, o crime de deserção que só pode ser praticado por militar da ativa, artigo 187 Código Penal Militar.

No que se refere à Justiça Militar Estadual esta somente pode processar e julgar policiais militares, mesmo estando na inatividade, assim, o militar da reserva, ou reformado, conserva as responsabilidades e prerrogativas do posto ou graduação, para o efeito da aplicação da lei penal militar, quando pratica ou contra ele é praticado crime militar, conforme dispõe o artigo 13 do Código Penal Militar, afastando o civil da condição de sujeito ativo. Diante da conduta de um civil que venham atingir as Polícias Militares ou Corpos de Bombeiros Militares, teremos um crime Comum, previsto no Código penal Comum ou em alguma lei penal especial.

Nos crimes dolosos contra a vida, praticados contra civil, não há mais instauração de Inquérito Policial Militar, pois, de acordo com do novo texto legal tais crimes deixaram de ser crimes militares, e, desta maneira, conforme dispõe o artigo 144, §§ 1º e 4º da Constituição Federal é atribuída a Polícia Federal ou a Polícia Civil a apuração das infrações penais não-militares. Desta maneira, foi com a alteração constitucional da Emenda nº 45 de 2004, que passou a estabelecer expressamente a competência do Tribunal do Júri da Justiça Comum para processar e julgar os militares estaduais acusados da prática de crimes dolosos contra a vida que tenham como vítima os civis.²⁰

Com o aumento das críticas recebidas com o passar do tempo, o legislador procedeu à modificação da Constituição Federal no tocante aos crimes dolosos praticados pelos militares estaduais contra os civis, mas não se sabe por qual motivo não fez as mesmas modificações em relação da Justiça Militar da União, que após a Emenda Constitucional 45 de 2004 passou a ser a competente para processar e julgar os crimes dolosos contra a vida praticados pelos

²⁰ ROSA, Paulo Tadeu Rodrigues. *op.cit.*, http://jusvi.com/doutrinas_e_peças/ver/26212621. Acesso em: 23 mai.2007.

militares federais no exercício de suas funções contra os civis, afastando de vez a discussão a respeito da constitucionalidade da Lei Federal 9.299/96 no âmbito da União.

A Lei 9.299 de 1996, além de alterar as mencionadas disposições da lei penal militar, alterou também, o artigo 82 do Código Processo Penal Militar, que passou a ter a seguinte redação:

Art. 82: O foro Militar é especial, e, exceto nos crimes dolosos contra a vida praticados contra civil, a ele estão sujeitos em tempo de paz:
 I – nos crimes definidos em lei contra as instituições militares ou a segurança nacional:
 a) os militares em situação de atividades ou assemelhados na mesma situação;
 b) os militares da reserva, quando convocados para o serviço ativo;
 c) os reservistas, quando convocados e mobilizados, em manobras, ou no desempenho de funções militares;
 d) os oficiais e praças das Polícias e Corpos de Bombeiros Militares, quando incorporados às Forças Armadas;
 II – nos crimes funcionais contra a administração militar ou contra administração da Justiça Militar, os auditores, os membros do Ministério Público, os advogados de ofício e os funcionários da Justiça Militar.
 §1º o foro militar se estenderá aos militares da reserva, aos reformados e aos civis, nos crimes contra segurança nacional ou contra as instituições militares, como tais definidos em lei.
 § 2º nos crimes dolosos contra a vida, praticados contra civil, a Justiça Militar encaminhará os autos do inquérito policial militar à justiça comum.²¹

Desta maneira, o Inquérito Policial Militar será remetido pela Justiça Militar à Justiça Comum, a lei, portanto determinou a realização de tal procedimento de Polícia Judiciária Militar em um crime que não é mais castrense, não eliminando a possibilidade de instauração de outro inquérito policial pela Polícia Civil ou pela Polícia Federal, conforme o caso.

A ADEPOL, Associação dos Delegados de Polícia do Brasil ajuizou uma ação direta de inconstitucionalidade, a ADIn nº 1.494-3, que afastava a tese de que a apuração dos crimes dolosos contra a vida praticados contra civil, fosse feita em inquérito policial civil e não inquérito policial em militar, e sendo, assim, diante de determinada situação, cabe ressaltar que a ação acabou foi indeferida pelo Tribunal, por ilegitimidade da ADEPOL, visto que o dispositivo impugnado não impede a instauração paralela de inquérito pela polícia civil e, conseqüentemente irrelevante ao inciso IV, dos § 1º e ao §4º do artigo 144 da nossa Carta Magna que atribui a apuração das infrações penais, exceto as militares às Polícias Federal e Civil.

²¹ Art. 82 do Código Processo Penal Militar.

O Tribunal do Júri possui competência para processar e julgar os crimes dolosos contra a vida que sejam da competência da Justiça Comum dos estados-membros ou da Justiça Federal. No caso dos crimes dolosos contra a vida previstos no Código Penal Militar em tempo de paz ou em tempo de guerra estes devem processados e julgados pela Justiça Militar.

Com o advento da Emenda Constitucional 45 de 2004 afastou-se de vez a discussão quanto à constitucionalidade da lei no âmbito do estados-membros, mas não procedeu da mesma forma em relação aos militares federais, o que demonstra que a mencionada lei em parte permanece inconstitucional. Desta forma, foram estabelecidas duas formas de tratamento para uma mesma categoria de servidores.

Os militares estaduais em razão da Emenda Constitucional 45 de 2004 serão processados e julgados perante o Tribunal do Júri do local dos fatos, conforme a lei processual que se aplica à espécie, enquanto que os militares federais tendo em vista a inconstitucionalidade da lei serão processados e julgados perante o Conselho de Justiça, Especial ou Permanente, constituído por Juiz-Auditor e também pelos oficiais pertencentes a Força do acusado.

3.3 A AÇÃO PENAL NOS CRIMES MILITARES

O mesmo que ação criminal, a ação penal é a faculdade que tem o Poder Público de, em nome da sociedade apurar a responsabilidade do autor de crimes ou contravenções, para lhes aplicar sanções punitivas correspondentes às infrações, ou seja, visando à realização do *jus puniendi*. Para exercer o direito de punir é necessário que haja processo e julgamento, já que o Estado não pode impor a sanção arbitrariamente.

A ação Penal no direito brasileiro é classificada em ação penal pública e ação penal privada, sendo a ação penal pública regra geral e a ação penal privada, a exceção.

A ação penal pública se classifica em ação penal pública incondicionada, na qual é promovida pelo Ministério Público sem que haja manifestação da vontade da vítima ou qualquer pessoa e ação penal condicionada cujo exercício se subordina a uma condição, que pode ser a manifestação do ofendido ou de seu representante legal bem como requisição do

Ministério da Justiça conforme dispõe a lei. A ação penal pública condicionada a representação do ofendido, diz que o Ministério Público que é o titular da ação, só pode dar início a mesma se a vítima ou seu representante legal autorizar, pois, afeta a esfera íntima do indivíduo.

A ação penal privada é dividida em três tipos, aquela em que o Estado, titular do direito de punir, transfere a legitimidade para a propositura da ação penal à vítima ou seu representante legal é chamada de ação penal privada exclusiva, aquela em que somente o ofendido detém o direito de propor a ação sendo vedado a qualquer outra pessoa é chamada de ação penal privada personalíssima e aquela em que o Ministério Público nos crimes de ação penal pública deixa de oferecer a denúncia nos prazos legais é chamada de ação privada subsidiária da pública, garantida pelo artigo 5º, inciso LIX da Constituição Federal. Portanto, da mesma forma que na ação penal pública, na ação penal privada o Estado continua sendo o único titular do direito de punir e, ou seja, da pretensão punitiva.

Os crimes militares, em regra são todos de ação pública incondicionada, devido ao grande interesse social na atuação desses profissionais e o regime jurídico que os abrange baseados na hierarquia e disciplina, conforme dispõe os artigos 121 e 122 do Código Penal Militar:

Os artigos 29 e 30 do Código Processo Penal Militar repetem as mesmas disposições, assim, temos o exemplo do crime de injúria, previsto no artigo 215 do Código Penal Militar e no artigo 140 Código Penal Comum que apesar de terem a mesma redação são tratados de maneira diferente, onde na lei penal comum é ação privada e na lei penal militar é ação pública incondicionada, como exceção de tal regra temos os crimes elencados nos artigos 136 a 141 do Código Penal Militar tratando-se de ação pública condicionada, onde as razões políticas e diplomáticas influenciam na decisão para que a requisição do Ministro da Justiça e Ministro da Defesa seja expedida, este último quando o agente for militar devido a Emenda Constitucional nº 23 de 2 de setembro de 1999, onde os Ministérios Militares foram englobados pelo Ministério da Defesa.

Os crimes militares que não houver previsão legal podem ser apurados através de ação penal subsidiária da pública, garantido pelo artigo 5º, inciso LIX da Constituição, que diz que será admitida ação penal privada nos crimes de ação penal pública, se esta não for intentada

no prazo legal, como o texto não trás qualquer restrição, aplica-se, portanto a todas as infrações penais, mesmo havendo previsão na legislação infraconstitucional.

Com a vigência da Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995, que criou os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, surgiram diversas questões de prática que impossibilitaram a aplicação integral do rito sumaríssimo na Justiça Castrense, Federal ou Estadual, pois, somente há efetividade e reais resultados na audiência de conciliação civil e transação penal se todos os envolvidos estiverem presentes, sendo, assim o direito processual criou possibilidades que tais atos sejam realizados sem que estejam presentes todas as condições necessárias. Ocorre que na Justiça Militar não está presente em todas as comarcas e, a aplicação ilimitada do rito sumaríssimo traria a necessidade de que tais atos, em todos os casos havidos em comarcas diferentes daquelas onde estão instaladas o Conselho de Justiça, fossem enviados a órgãos da Justiça Comum gerando grande tumulto aos processos e prejuízos para a possibilidade de solução dos casos.

Os crimes militares por possuírem rito próprio no Código Processo Penal Militar, não poderiam ser enquadrados como crimes de menor potencial ofensivo, não estando em conformidade com o artigo 61 da Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995, desta maneira foi editada a súmula 9, na qual prescreve que os juizados especiais Cíveis e criminais não se aplicam a Justiça Militar da União. Todavia, o Pretório Excelso e o Superior Tribunal de Justiça entenderam que os artigos 88, 89 e 91 da lei 9.099/95 devem ser aplicados aos processos perante a justiça castrense. Onde, o artigo 88 passou a exigir representação do ofendido nos crimes de lesão corporal leve e culposa, no qual a ação penal de tais crimes transformam-se em ação penal pública condicionada, ao artigo 89, todavia gerou a suspensão condicional do processo nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou menor que um ano, na qual o Ministério Público pode oferecê-la, se as demais disposições deste artigo forem atendidas, enfim, tem-se o artigo 91 que apresentava uma regra de transição para os processos e inquéritos policiais que apuravam os crimes de lesão corporal leve e lesão corporal culposa existentes quando determinada lei entrou em vigor, foi, então, estabelecido um prazo de 30 dias para que fosse oferecida a representação sob pena de decadência desse direito, mas com o decorrer do tempo acabaram perdendo sua aplicabilidade devido a resolução de muitas questões que eram reguladas por esse dispositivo.

Com a Lei nº 9.839 de 27 de setembro de 1999, tal polêmica foi resolvida com o acréscimo do artigo 90 no qual diz que as disposições desta lei não se aplicam aos processos penais cuja instrução já estiver iniciada, então, temos para aplicação dos crimes militares de lesão corporal leve e culposa, havidos até 27 de setembro de 1999 a aplicação do disposto do artigo 88 e 89 da lei 9.099/95, desde que respeitadas todas as condições objetivas e subjetivas de tal dispositivo, uma vez que houve conflito de leis penais no tempo, aplica-se a *novatio in pejus*, considerando que tal alteração prejudicou a situação dos acusados pelos crimes abrangidos por tais dispositivos.

4. INQUÉRITO POLICIAL MILITAR

Na escassez de uma lei específica que discipline o assunto, o Inquérito Policial Militar é instaurado para apuração de crimes militares cometidos pelos seus integrantes, rege-se pelas disposições contidas no Código de Processo Penal Militar, Decreto-Lei nº 1002 de 21 de outubro de 1969, e, subsidiariamente, pelas regras do Código de Processo Penal, bem como, pela jurisprudência, usos e costumes militares, princípios gerais de direito e analogia.

4.1 CONCEITO E FINALIDADE

O Inquérito Policial Militar é um procedimento destinado a colidir elementos necessários à apuração da prática de uma infração penal militar e sua autoria, não sendo indispensável ao oferecimento da denúncia, o artigo 28 do Código processual Militar enumera alguns casos em que ocorre a dispensa.

A ocorrência de um crime de natureza castrense está vinculada à instauração do Inquérito Policial Militar, no qual não pode receber tratamento discricionário mesmo que não haja um completo conhecimento dos fatos ou de sua autoria, sendo, portanto, reservadas à apuração da Polícia Judiciária Militar.

O Código Processual Penal Militar em seu artigo 9º define e estabelece a finalidade do Inquérito Policial Militar, o inquérito policial militar é a apuração sumária de fato, que, nos termos legais, configure crime militar, e de sua autoria. Tem o caráter de instrução provisória, cuja finalidade precípua é a de ministrar elementos necessários à propositura da ação penal, o parágrafo único deste artigo, assevera que, são, porém, efetivamente

instrutórios da ação penal os exames, perícias e avaliações realizados regularmente no curso do inquérito, por peritos idôneos e com obediência às formalidades previstas neste Código.

A lei processual penal castrense dispõe que o Inquérito Policial Militar é um conjunto de diligências efetuadas pela Polícia Judiciária Militar, destinados a reunir os elementos de convicção referentes à autoria e materialidade de um delito militar, isto é, elementos probatórios indispensáveis à propositura da ação penal pelo Ministério Público.

Nas instituições militares, os princípios da hierarquia e disciplina devem ser preservados constituindo-se na base para a realização e apuração criminal no qual existe uma preocupação na legislação processual penal em estabelecer somente o superior hierárquico para apurar o crime praticado por um subordinado para garantir condições para uma legal e justa coleta das provas sem haja interferência indevida do investigado. Contudo, se qualquer autoridade competente elencada no artigo 7º do Código de Processo Penal tiver conhecimento da prática de uma infração penal militar cometida por um superior hierárquico, os elementos devem ser encaminhados para outra autoridade que seja de posto superior ao agente do delito para que as apurações sejam iniciadas, pois conforme dispõe o artigo 10 da lei processual penal militar, tendo o infrator posto superior ou igual ao do comandante, diretor ou chefe de órgão ou serviço, em cujo âmbito de jurisdição militar haja ocorrido a infração penal, será feita a comunicação do fato à autoridade superior competente, para que esta torne efetiva a delegação, nos termos do § 2º do art. 7º.

Portanto, deve-se destacar que o Inquérito Policial Militar não é um processo, assim não há em sua instrução as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Constitui-se em um dos poucos poderes de autodefesa que é reservado ao Estado na esfera de repressão ao crime, com caráter nitidamente inquisitivo, em que o réu é simples objeto de um procedimento administrativo, salvo em situações excepcionais em que a lei o ampara.²²

Praticado um fato definido como infração penal militar, surge para o Estado o direito de punir o transgressor da norma proibitiva, mas, devido os vários princípios que tutelam o direito de liberdade do homem, o Estado auto limitou seu poder punitivo, estabelecendo mecanismos de provocação, investigação, instrução formando a persecução criminal formada

²² MIRABETE, Julio Fabbrini. *Processo Penal*. p.77.

por duas fases, a investigação policial e a ação penal, no qual o Ministério Público Militar propõe em juízo, por meio do processo, a pretensão punitiva estatal, rogando Estado-juiz a aplicação da lei penal ao caso concreto, sendo necessária a materialização de provas que constituam objeto do crime bem como os indícios de sua autoria.

A instrução do Inquérito Policial Militar é provisória, devendo ser repetida no início da ação penal, exceto no que tange aos exames, perícias e avaliações, ou seja, se todas as provas fossem produzidas na fase inquisitorial, as oposições processuais estariam prejudicadas, pois, as partes têm direito de participar ampla e ativamente desta fase.

4.2 CARACTERÍSTICAS

O Inquérito Policial Militar é peça formal, onde os documentos são juntados cronologicamente, que não há invalidade devido a meras irregularidades formais, contudo, desses vícios podem surgir responsabilização ao encarregado ou à autoridade delegante, por trabalhar mal no desempenho de tais funções. Desta maneira, nota-se as seguintes características.

É provisório, ou seja, sua provisoriedade deve-se a apuração da existência do delito e de sua autoria, se possuísse um caráter definitivo serviria para aplicação da lei penal ao seu infrator, não aprecia pretensão e não pode sofrer o contraditório, ademais, não pode fundamentar uma decisão condenatória devido às provas colhidas nesta fase policial que devem ser renovadas ou ratificadas em juízo, onde imperam o princípio do contraditório e da ampla defesa.

No que tange as provas periciais ou de busca e apreensão, a lei lhes confere caráter de definitividade, sendo, portando, aptas para serem avaliadas em juízo e influírem na decisão da causa, conforme é previsto no parágrafo único do artigo 9º do Código Processual Penal Militar, sendo, efetivamente instrutórios da ação penal os exames, perícias e avaliações realizados regularmente no curso do inquérito, por peritos idôneos e com obediência às formalidades previstas.

É informativo, trata-se de um procedimento preliminar, preparatório da ação penal, deve oferecer o suporte probatório mínimo, desta maneira, “a polícia judiciária exerce laboriosa atividade, preservando o local do crime, colhendo vestígios, apreendendo

instrumentos e objetos relacionados com o delito, interrogando os suspeitos, ouvindo os ofendidos e as testemunhas, determinando a realização de perícias, procedendo ao reconhecimento de pessoas ou coisas etc”.²³

Para a propositura da ação penal a lei processual penal militar exige provas do fato criminoso e indícios de autoria, além disso, a denúncia, peça inaugural da ação, deve conter a qualificação do acusado e do ofendido, a indicação do tempo e do lugar do crime, a exposição circunstanciada do fato criminoso, razões de convicção ou presunção de delinquência, a classificação do crime e o rol de testemunhas, conforme dispõe as alíneas do artigo 77 do Código Processual Penal Militar.

O Promotor de Justiça se vale das informações trazidas a sua análise pela autoridade policial, a fim de, preliminarmente, analisar se há justa causa para instauração da ação penal, em caso positivo as peças do inquérito servirão de amparo para que sejam atendidas as exigências legais pertinentes ao conteúdo da denúncia.

É não-contraditório, em confronto com a Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso LV, determina que, aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

A visão constitucional leva o operador do direito a crer que no decorrer do inquérito devem ser observados os princípios do contraditório e da ampla defesa. Entretanto, após uma análise menos superficial, há de se considerar que as garantias constitucionais não abrangem a *informatio delicti*, isto, porque, o inquérito policial militar não é um processo, mas mero procedimento administrativo, sem partes, em que não existe nenhuma acusação, portanto, nenhum acusado, mas somente o indiciado que é a pessoa do objeto da investigação, que apesar da ausência do contraditório, nada impede que o indiciado participe do procedimento requerendo à autoridade policial judiciária, como por exemplo, a realização de diligências, oitiva das testemunhas, entre outros.

É sigiloso, predestinado à investigação do delito, à pesquisa do fato criminoso e objetiva a maior quantidade de informações eficientes para traçarem um panorama próximo das reais circunstâncias em que ocorreu o delito, assim, é necessário que na maioria das vezes

²³ SARAIVA, Alexandre José de Barros Leal, *Inquérito Policial e Auto de Prisão em Flagrante nos crimes militares*. p 15.

as diligências policiais transcorram da forma mais discreta possível para que não se frustrem os objetivos da investigação.

O artigo 16 da lei processual penal militar diz que o inquérito é sigiloso, mas seu encarregado pode permitir que dele tome conhecimento o advogado do indiciado, então, quanto mais sigilosa for a investigação criminal, maior a probabilidade de se descobrir a verdade real no qual não havendo sigilo este objetivo não seria alcançado.

Todavia, é permitido ao advogado do indiciado o acesso ao inquérito policial militar, pois, o advogado tem direito a examinar em qualquer repartição policial, mesmo sem procuração, autos de flagrante e de inquérito, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos.²⁴

O professor Tourinho Filho assevera que:

Não se admite, pela manifesta absurdidade, é a intromissão da defesa durante o inquérito, de molde a conhecer diligências já realizadas e aquelas por realizar, pois, se tal fosse possível, a não ser em casos raros, as infrações cujas investigações exigissem sigilo dificilmente seriam descobertas.²⁵

Em verdade, somente se defende o sigilo, quando este for importante para o desenrolar das investigações, sendo que qualquer restrição ao advogado configura ato abusivo passível de correção mediante mandado de segurança, por ferir direito líquido e certo assegurado pela Constituição Federal.

É discricionário, portanto não se deve confundir com arbitrário, pois, discricionariedade é a liberdade da ação administrativa limitada por lei, sendo, portanto, legal, e a arbitrariedade é ação contrária ou que extrapola a lei, sendo sempre ilegítimo e inválido.

A elaboração do Inquérito Policial Militar não obedece a rito e diligências têm seqüências de acordo com as necessidades objetivas da investigação, para esta, é necessária a liberdade discricionária de investigação, todavia, não pode a autoridade policial judiciária alegar discricionariedade e exceder os limites da lei, nem violar os direitos subjetivos reconhecidos pelo ordenamento jurídico ao indiciado, às testemunhas e ao ofendido.

²⁴ Art. 7º, inciso XIV do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

²⁵ TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Processo Penal*. p. 203.

É inquisitivo, sendo o inquérito fase pré-processual, por isso não há ampla defesa e contraditório, muito embora o interrogatório do acusado já sirva de defesa. O advogado do indiciado não pode se manifestar durante o interrogatório do mesmo, a não ser para aconselhar seu cliente, não podendo, entretanto interferir em tal ato, solicitando o direito de fazer perguntas, e coisas desse tipo, contudo, poderá solicitar, no nome do indiciado, perícias, quesitos, laudos, etc, os quais, depois de apreciada a oportunidade e conveniência dos mesmos, serão deferidos ou não pelo encarregado.

4.3 INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO POLICIAL MILITAR

O Inquérito Policial Militar será instaurado mediante portaria da autoridade detentora do poder de polícia judiciária militar, como prescreve o artigo 10 do Código Processual Penal Militar, mesmo que a instauração seja feita em virtude de requisição ou requerimento de quem de direito, tornando-se, portanto, o elemento inaugural da apuração na qual traz um breve relato do que em tese se configura a infração penal castrense, mesmo que desconhecidos os eventuais agentes do crime.

A portaria deve ser uma peça singela, onde a autoridade possa tomar conhecimento da ocorrência de um crime militar, narrado de forma sucinta, bem como, a qualificação do agente e da vítima, o dia, o lugar e a hora do fato. E, se for o caso delegará o exercício do poder de polícia que lhe é conferido pela lei para o encarregado das investigações. Deve-se ressaltar que a portaria traz somente a notícia inicial do fato a ser apurado, e, assim, a simples menção do nome de determinada pessoa como possível autor da infração penal não pode acarretar seu imediato indiciamento no inquérito policial militar, salvo se acompanhado de fortes elementos de autoria e materialidade.

Para José Náufel, *apud*, Saraiva, a portaria, em sentido *lato*, é ato administrativo, escrito, por meio do qual a autoridade pública dá instruções concernentes à aplicação da lei ou regulamento, faz recomendações de caráter geral, estabelece normas de serviço, nomeia, demite ou pune os funcionários, ou faz qualquer determinação concernente ao exercício do poder que está na investida.²⁶

²⁶ SARAIVA, Alexandre José de Barros Leal. *Op.cit.*, p. 21.

A instauração do inquérito é dada pelo conhecimento da prática do delito militar pela autoridade competente, este conhecimento pode ser de cognição imediata, onde a autoridade policial judiciária toma conhecimento da infração penal militar por meio de suas atividades rotineiras; de cognição mediata quando o conhecimento vier à tona por intermédio de requerimento da vítima ou de terceiro, igualmente quando há requisição do Ministério Público ou do Juiz, ou se houver requisição do Ministro do Estado nas hipóteses de ação penal pública; e por cognição coercitiva, no caso de aprisionamento em flagrante delito.

O artigo 10 da norma processual penal castrense enumera as hipóteses aptas para instauração do Inquérito Policial Militar.

A instauração de ofício ocorre quando a autoridade policial judiciária no exercício de suas funções toma conhecimento de uma de uma infração penal militar ocorrida no âmbito de seu comando, salvo se o agente for superior hierárquico, e nessa hipótese, e, nas hipóteses que ocorre fora da área do seu comando, deve ser prontamente comunicada a autoridade com atribuição para iniciar a apuração, não podendo, a autoridade policial judiciária militar deixar de instaurar tal procedimento diante da *notitia criminis*, mesmo que desconhecida por completo sua autoria, se assim não proceder poderá responder pelo crime de prevaricação, artigo 319 do Código Penal Militar.

A ação penal militar é em geral pública incondicionada, todavia há casos que apesar de pública, necessita de requisição do Ministro de Estado, ou seja, ação penal pública condicionada a requisição, onde o inquérito só pode ser instaurado depois de realizado a requisição, conforme dispõe o artigo 122 do Código Penal Militar, os crimes previstos nos artigos 136 a 141, a ação penal, quando o agente for militar ou assemelhado, depende da requisição do Ministério Militar a que aquele estiver subordinado; no caso do art. 141, quando o agente for civil e não houver co-autor militar, a requisição será do Ministério da Justiça.

Do mesmo modo, em caso de guerra, a ação penal contra o Comandante do Teatro de Operações é pública condicionada à requisição do Presidente da República para a apuração dos fatos somente depois desta o inquérito policial militar só pode ser instaurado.

O artigo 88 da Lei dos Juizados Especiais, faz com que a ação penal pública seja condicionada a representação do ofendido ou de seu representante legal, nos crimes de lesão corporal leve e lesões culposas. Todavia com a edição da lei 9.839 de 27 de setembro de

1.999, que acrescentou o artigo 90 à Lei 9099 de 1995, confirmou que as disposições desta lei não se aplicam no âmbito da Justiça Militar.

O Código Processual Penal Militar concentrou nas mãos dos Comandantes de Unidades as atribuições de Polícia judiciária Militar, contudo, houve a permissão da delegação dessa função, pois, o Comandante de Unidade não pode permanecer restrito às questões de Polícia judiciária Militar, devido as suas múltiplas atribuições.

A instauração pode ser delegada a qualquer Oficial da ativa, desde que superior hierárquico do investigado. A autoridade policial judiciária militar poderá delegar ou determinar, a um subordinado a instauração do Inquérito Policial Militar, não podendo este negar tal procedimento.

A delegação da instauração poderá ser feita por qualquer meio de comunicação, sejam eles, telefone, rádio, devendo ser confirmada *a posteriori* por intermédio de documento escrito.

A confirmação é condição de eficácia do ato de instauração e não poderá ocorrer se a *notitia* não trouxer, de forma evidente, elementos caracterizadores de uma infração penal castrense.²⁷

Outra forma de instauração do Inquérito Policial Militar ocorre por requisição do Ministério Público.

A requisição é um instrumento pelo qual o Ministério Público leva ao conhecimento da autoridade policial a ocorrência de um crime, ao mesmo tempo em que determina a instauração do procedimento policial investigativo, no qual de verá conter, dentro das possibilidades: elementos esclarecedores referente à maneira que o crime foi praticado, local, época, auxiliando a polícia judiciária para obtenção de elementos comprobatórios.

O Ministério Público fica encarregado da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como, a promoção privativa da ação penal pública e o controle externo da atividade policial. Tal possibilidade está em acordo com o texto constitucional em seu artigo 129, inciso VIII, no qual também,

²⁷ MORAES, Reinaldo Zychan de,. Op.cit.p. 78.

fica incumbido de requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.

Complementando a Constituição Federal, o Estatuto do Ministério Público da União, em seu artigo 117: Incumbe ao Ministério Público Militar: requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial militar, podendo acompanhá-los e apresentar provas; exercer o controle externo da atividade da polícia judiciária militar²⁸ e o artigo 26, inciso IV da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público apresenta maior abrangência ao estabelecer que: Poderá o Ministério público requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial e de inquérito policial militar, observado o disposto no artigo 129, inciso VIII, da Constituição Federal, podendo acompanhá-lo.²⁹

Portanto, a autoridade policial judiciária ao receber a requisição do Ministério Público Militar para a instauração do inquérito, não poderá deixar de cumprí-la, pois a recusa da determinação ministerial poderá configurar delito de prevaricação se a omissão decorrer de interesse ou sentimento pessoal, entretanto, se a requisição for manifestamente ilegal, a autoridade policial não está obrigada a acolhê-la.

O artigo 25 da lei processual penal militar versa a instauração de novo inquérito para apurar fato objeto de investigação anterior arquivada em face do surgimento de novas provas em relação ao fato, ao indiciado ou a terceira pessoa, termos em que estabelece a instauração por decisão do Superior Tribunal Militar.

Ocorre, que tal hipótese gera uma certa confusão legislativa, pois, o inquérito uma vez arquivado, se surgirem novas provas, o juiz auditor deverá dar vistas ao Ministério Público, que poderá oferecer a denúncia, manter sua manifestação anterior para mantê-lo arquivado ou requerer diligência para a Polícia Judiciária Militar, ou seja, se a questão é, em regra resolvida em primeira instância, sem necessidade de remessa ao Supremo Tribunal Militar ou aos Tribunais Estaduais, no caso de Justiça Militar Estadual. Por outro lado, existe a possibilidade do Juiz-Auditor Corregedor representar ao Tribunal, correção parcial, para corrigir arquivamento irregular de inquérito policial militar, neste caso, acolhida a representação, os autos serão enviados ao Procurador-geral da Justiça Militar, que dará o encaminhamento legal

²⁸ Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993.

²⁹ Lei nº 8625 de 12 de fevereiro de 1993.

que se fizer necessário, ou seja, insistir no arquivamento ou determinar instauração de novas investigações.

A instauração do inquérito policial militar também pode ser provocada, pelo ofendido ou seu representante legal, por meio de requerimento, em que sejam narrados o fato com todas as suas circunstâncias, para que sejam expostas as razões do requerente.

Como se trata de requerimento, existe a possibilidade da autoridade policial judiciária não atender a solicitação efetuada, mormente nas seguintes situações: a) se a punibilidade estiver extinta; b) se o requerimento não fornecer o suporte básico para o início das investigações; c) se a autoridade a quem for dirigido o requerimento for incompetente; d) se o fato exposto não constituir infração penal militar; e) se o requerente for incapaz.³⁰

Ao indeferimento da instauração é cabido recurso por analogia à autoridade superior dentro da cadeia de comando e subordinação conforme o artigo 5º, § 2º do Código de Processo Penal, embora não mencionado na lei processual penal. O que não ocorre com o requerente que não obtém êxito em sua postulação quando procura o Ministério Público Militar que ao apresentar a documentação pertinente e o despacho denegatório da autoridade policial, se aquele entender que há elementos necessários para instauração, requisitará a abertura do inquérito.

Os crimes militares são, em regra, de ação penal pública incondicionada, não estando sujeitos à manifestação do ofendido ou de qualquer outra pessoa que tenha conhecimento do delito penal cometido. Contudo, a lei criou a possibilidade de que tais pessoas possam requerer às autoridades de polícia judiciária militar a instauração de inquérito policial militar, denominada de *delatio criminis* simples, onde, se desejar, podem apresentar tais informações ao ministério Público, nos termos do § 2º do artigo 33 do Código de Processo Penal Militar, podendo encaminhá-las à autoridade policial militar para que esta proceda às diligências necessárias ao esclarecimento do fato, instaurando inquérito, se houver motivo para esse fim.

No entanto, para o ilustre Promotor da Justiça Militar, o Doutor Alexandre José de Barros Leal Saraiva, o texto legal merece algumas observações:

Em primeiro lugar, a expressão representação não está utilizada com rigor técnico, uma vez tratar-se, verdadeiramente, de requerimento. Em prisma diverso, verifica-se a preocupação do legislador em não

³⁰ TOURINHO FILHO, Fernando da Costa, *Op. cit.*, p. 216.

abalar os princípios da hierarquia e disciplina, determinando que o requerimento seja feita por quem esteja devidamente autorizado. Ora, tal exigência só é cabível em se tratando de militares. Se, entretanto, a pessoa que tiver conhecimento da infração penal for um civil, não há que se falar em autorização para requerer a instauração de IPM.³¹

Ao cidadão, portanto, não existe a obrigação de provocar a ação da polícia judiciária militar, uma vez que a *delatio criminis* é facultada a este, ou seja, se a pessoa estiver disposta a requerer a instauração de inquérito policial militar deve observar que a comunicação falsa de crime ou a denúncia caluniosa, incide em crime dispostas na lei penal militar nos artigos 343 e 344, por esse motivo, que não se admite a *delatio criminis* anônima, fazendo com que aquele que for exercer seu direito, deverá fazê-lo de modo responsável.

O último modo de instauração do Inquérito Policial Militar é aquela resultante de sindicância, que para Hely Lopes Meirelles, é o meio sumário de elucidação de irregularidades no serviço para subseqüentes instauração de processo e punição ao infrator³². A sindicância não pode apurar a ocorrência de um crime militar, no qual cabe exclusivamente o Inquérito Policial Militar, mas no decorrer da apuração administrativa podem surgir elementos que indiquem a ocorrência de um crime militar, fazendo com que as peças da sindicância que noticiam os fatos devam ser remetidas às autoridades de polícia judiciária militar para que seja instaurado o inquérito.

Instaurado o Inquérito Policial Militar, a sua instrução pode ser realizada pela própria polícia judiciária militar ou esta delegar a função a um Oficial da Ativa. A delegação não retira a autoridade de quem instaurou o procedimento a responsabilidade sobre sua condução, devendo supervisionar os trabalhos do Oficial que recebeu a delegação, determinando a realização de diligências como substituí-lo sempre que achar necessário.

O encarregado do inquérito, como dispõe o artigo 15 do Código Processo Penal Militar, deverá ser Oficial, e sempre de posto superior ao do indiciado, vedada a delegação para praças, não havendo esta possibilidade, a delegação poderá ser dada a um Oficial de mesmo posto, desde que mais antigo. Se, no decorrer do procedimento, o Oficial deparar-se com a existência de indícios contra Oficial de posto superior, este remeterá os autos para a autoridade que o instaurou para que uma nova delegação recaia a um superior hierárquico do agente do delito, pois, a lei não admite que um subordinado apure a conduta de um superior,

³¹ SARAIVA, Alexandre José de Barros Leal, *op. cit.*, p. 25.

³² MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. p. 580.

comprometendo a hierarquia e disciplina que são os princípios basilares das Instituições Militares.

O principal auxiliar do Oficial encarregado na elaboração do Inquérito Policial Militar é o escrivão, que não precisa ser superior hierárquico, pois ele não é responsável direto pela condução dos trabalhos, contudo deverá prestar compromisso de guardar sigilo para não haver prejuízos ao princípio hierárquico, bem como cumprir as determinações do encarregado.

O escrivão poderá ser designado pela autoridade de Polícia Judiciária Militar na portaria que instaurou o inquérito ou pelo Oficial encarregado, apesar da forma rígida atribuída pela lei para sua escolha, no qual é o responsável pela guarda dos autos, por sua organização, devendo numerar e rubricar todas as peças, que deverão ser reunidas em só processo em ordem cronológica. As peças devem ser datilografadas ou digitadas, sendo que todo documento juntado aos autos deve ser precedido de despacho do oficial encarregado e acostado mediante termo de juntada.

4.4 A AUTORIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR

Nossa Lei Maior prevê o exercício de atividades de Polícia Judiciária a duas instituições, a Polícia Civil e a Polícia Federal.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

(...)

V - polícias civis;

(...)

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

(...)

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

(...)

§ 4º - às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.³³

Apesar de a Constituição Federal dispor sobre crime militar, não destinou sua apuração para Polícia Civil ou Polícia Federal, cabendo às próprias instituições militares a apuração destes crimes.

³³ Art. 144 § 1º, inciso IV e §4º da Constituição Federal de 1988.

Como critério legal para definição da autoridade de Polícia Judiciária Militar, deve-se observar que apesar de a Justiça Militar Estadual estar presente na história de nosso país a muito, não houve qualquer regulamentação para determinar situações particulares dos militares estaduais e suas instituições, existindo muitas lacunas, onde algumas posições se chocam com a Constituição.

O Código Processo Penal Militar estabeleceu um capítulo para regular o exercício das atividades da polícia judiciária militar, a primeira preocupação foi definir quem são essas autoridades, então, o artigo 7º do Código Processo Penal Militar, elencou uma série de autoridades de Polícia Judiciária Militar, abrangendo diversos escalões das Forças Armadas, na qual, foram, portanto adaptadas para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

A polícia judiciária militar é exercida nos termos do art. 8º, pelas seguintes autoridades, conforme as respectivas jurisdições:

- a) pelos ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, em todo o território nacional e fora dele, em relação às forças e órgãos que constituem seus Ministérios, bem como a militares que, neste caráter, desempenhem missão oficial, permanente ou transitória, em país estrangeiro;
- b) pelo chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, em relação a entidades que, por disposição legal, estejam sob sua jurisdição;
- c) pelos chefes de Estado-Maior e pelo secretário-geral da Marinha, nos órgãos, forças e unidades que lhes são subordinados;
- d) pelos comandantes de Exército e pelo comandante-chefe da Esquadra, nos órgãos, forças e unidades compreendidos no âmbito da respectiva ação de comando;
- e) pelos comandantes de Região Militar, Distrito Naval ou Zona Aérea, nos órgãos e unidades dos respectivos territórios;
- f) pelo secretário do Ministério do Exército e pelo chefe de Gabinete do Ministério da Aeronáutica, nos órgãos e serviços que lhes são subordinados;
- g) pelos diretores e chefes de órgãos, repartições, estabelecimentos ou serviços previstos nas leis de organização básica da Marinha, do Exército e da Aeronáutica;
- h) pelos comandantes de forças, unidades ou navios.³⁴

Assim, tais autoridades podem instaurar os Inquéritos Policiais Militares, bem como, delegar a sua instauração ou instrução a outros Oficiais da ativa, respeitando as normas regulamentares de jurisdição hierarquia e comando, não devendo, assim, um Oficial de posto inferior ao do indiciado receber a delegação para instauração ou instrução de um inquérito, se houver alguma impossibilidade de que a delegação recaia sobre um Oficial de posto superior, ela poderá ser feita por um Oficial do mesmo posto, contanto que seja mais antigo, como versam os §§ 2º e 3º do artigo 7º Código Processo Penal Militar. Se o oficial verificar indícios

³⁴ Art. 7º do código de Processo Penal Militar.

de autoria de crime militar praticado por um superior hierárquico durante o curso de instrução de um Inquérito Policial Militar, deverá, este, remeter os autos para autoridade que instaurou ou determinou a instauração, para que haja nova delegação de Oficial de posto superior ao do indiciado, para não haver qualquer prejuízo na apuração dos fatos bem como a observância os princípios de hierarquia e disciplina das relações militares.

4.4.1 As atribuições e as atividades da Polícia Judiciária Militar.

As autoridades da Polícia Judiciária Militar possuem uma série de atribuições que estão relacionadas com a apuração dos crimes desde *notitia criminis* até o cumprimento dos mandados de prisão expedidos pela Justiça Militar, como dispõe o artigo 8º do Código Processo Penal Militar.

Compete à Polícia Judiciária Militar:

- a) apurar os crimes militares, bem como os que, por lei especial, estão sujeitos à jurisdição militar, e sua autoria;
- b) prestar aos órgãos e juízes da Justiça Militar e aos membros do Ministério Público as informações necessárias à instrução e julgamento dos processos, bem como realizar as diligências que por eles lhe forem requisitadas;
- c) cumprir os mandados de prisão expedidos pela Justiça Militar;
- d) representar a autoridades judiciárias militares acerca da prisão preventiva e da insanidade mental do indiciado;
- e) cumprir as determinações da Justiça Militar relativas aos presos sob sua guarda e responsabilidade, bem como as demais prescrições deste Código, nesse sentido;
- f) solicitar das autoridades civis as informações e medidas que julgar úteis à elucidação das infrações penais, que esteja a seu cargo;
- g) requisitar da polícia civil e das repartições técnicas civis as pesquisas e exames necessários ao complemento e subsídio de inquérito policial militar;
- h) atender, com observância dos regulamentos militares, a pedido de apresentação de militar ou funcionário de repartição militar à autoridade civil competente, desde que legal e fundamentado o pedido.³⁵

Como podemos ver a coleta de elementos de autoria e materialidade dos crimes militares é a mais importante das atribuições das autoridades elencadas no artigo 7º do Código Processo Penal Militar por meio do Inquérito Policial Militar.

A finalidade investigatória do inquérito cumpre dois objetivos: dar elementos para a formação da *opinio delicti* do órgão acusador, isto é, a convicção do órgão do Ministério Público ou o querelante de que há prova suficiente do crime e da autoria, e dar embasamento probatório suficiente para que a ação penal tenha justa causa.³⁶

³⁵ Art. 8º do Código Processo Penal Militar.

³⁶ GRECO FILHO, Vicente. *Manual de Processo Penal*. p. 92.

A Emenda Constitucional nº 1 de 1969, alterou o dispositivo da alínea “a” do artigo 8º do Código Processo Penal Militar, que previa a possibilidade de a Polícia Judiciária Militar apurar crimes que não os militares, tal dispositivo referia-se ao tratamento da Constituição Federal de 1967, bem como muitos outros inseridos na legislação penal e processual penal militar.

Da mesma maneira, qualquer Oficial, independentemente de delegação deve adotar providências necessárias, conforme artigo 10 § 2º da lei processual penal militar, onde o aguardamento da delegação não obsta que o oficial responsável por comando, direção ou chefia, ou aquele que o substitua ou esteja de dia, de serviço ou de quarto, tome ou determine que sejam tomadas imediatamente as providências cabíveis, previstas no artigo 12, uma vez que tenha conhecimento de infração penal que lhe incumba reprimir ou evitar.

4.4.1.1 Medidas Preliminares

Assim que toma conhecimento da ocorrência de um crime militar, a autoridade de Polícia Judiciária Militar, deve determinar, para que sejam adotadas as medidas mencionadas no artigo 12 do Código de Processo Penal Militar, assim, as medidas preliminares a serem adotadas são as seguintes:

a) Preservação do local do crime:

A preservação do local do crime é providência urgente que proporciona aos peritos criminais examinar vestígios resultantes da ação criminal no local de sua ocorrência, perdendo a eficácia se houver a adulteração deste local, pois permitem a coleta de indícios para apontar a autoria do delito, diante dos vestígios deixados. Porém, em se tratando de acidente de trânsito, a autoridade policial poderá autorizar, a imediata emoção das pessoas lesionadas, bem como os veículos envolvidos, se estiverem no leito da via pública, registrando a medida adotada com a indicação das testemunhas.

b) Apreensão dos instrumentos e objetos que tenham relação com o crime:

Os instrumentos e objetos que tenham relação com o crime poderão ser apreendidos, durante a busca pessoal ou busca domiciliar, quando dependerá de mandado judicial ou

consentimento do morador, nos termos do artigo 5º, XI, da nossa Lei Maior, no qual devem ser apreendidos objetos guardados ilicitamente, obtidos por meios criminosos ou por qualquer finalidade delituosa.

O Código processual Penal Militar, em seu artigo 172, alínea “f”, prevê a possibilidade de apreensão de correspondência destinada ao acusado ou em seu poder, contudo, tal disposição foi revogada pelo artigo 5º, XII da Constituição Federal, que versa sobre a inviolabilidade de correspondência.

c) Prisão em flagrante delito do agente do crime:

Essa modalidade de prisão tem o fundamento no artigo 5º, inciso LXI da Nossa Carta Magna, e, é cabível tanto para os crimes comuns, como para os crimes militares.

Na prisão em flagrante delito o sujeito ativo é aquele que dá a voz de prisão a quem está em estado de flagrância, e pode ser este sujeito obrigatório ou facultativo. O sujeito obrigatório é a autoridade policial que é obrigado a efetuar a prisão em flagrante delito, não tendo discricionariedade sobre a conveniência ou não de efetivá-la. O sujeito é o particular, pessoa comum do povo ou a própria vítima, agindo no exercício regular do direito, consistindo na faculdade de efetuar a prisão.

O sujeito passivo é aquele a quem se dá a voz de prisão, ou porque está cometendo a infração penal, ou acaba de cometê-la, ou é perseguido pelo sujeito ativo, logo após de cometer a infração penal, em situação que faça presumir ser autor da infração, ou, ainda, quando é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor da infração.

Desta maneira, não há na legislação nada que remeta ao lapso temporal de que este estado de flagrância dura vinte e quatro horas. Caso a perseguição ao criminoso prossiga por mais de um dia, quando capturado será autuado e preso em flagrante.

No caso do militar ser surpreendido no mesmo instante do cometimento do crime por outro militar, porém com graduação ou patente inferior, este deverá dar voz de prisão àquele.

No entanto, não poderá conduzi-lo desde que haja como solicitar a presença de um militar com graduação ou patente superior àquele que foi preso.

O militar poderá ser preso por autoridade civil, devendo ser entregue imediatamente à autoridade militar mais próxima, só podendo o militar capturado permanecer na delegacia ou posto, durante o tempo para a lavratura do flagrante.

Existe, portanto, etapas na prisão em flagrante, que não cumpridas ou cumpridas de forma irregular enseja a nulidade do auto e o relaxamento da prisão. A autoridade deve, antes mesmo da lavratura do auto do flagrante, comunicar à família do preso, ou à pessoa por ele indicada acerca da prisão, artigo 5º, LXIII, 2ª parte da Constituição Federal, a assistência do advogado constituído, no momento da lavratura do auto, supre a falta da comunicação de sua prisão à família.

Em seguida, inicia-se a lavratura do auto com a oitiva do condutor, após, ouvem-se as testemunhas que acompanham o condutor e a falta de testemunhas da infração não impedirá a lavratura do auto de prisão em flagrante, todavia, com o condutor deverão assinar a peça pelo menos duas pessoas que tenham testemunhado a apresentação do preso à autoridade.

Ouvidas as testemunhas, a autoridade interrogará o acusado sobre a imputação que lhe é feita, alertando seus direitos constitucionais. Quando o crime for de ação privada ou pública condicionada, deverá ser procedida quando possível, a oitiva da vítima. Acaso o interrogado seja menor de 18 anos, ou seja, menor inimputável, não poderá ser autuado, restando à autoridade policial apresentá-lo ao Juizado da Infância e da Adolescência, se, portanto for maior de 18 anos e menor de 21 anos deverá ser-lhe nomeado um curador, sob pena de relaxamento de prisão, nos termos do artigo 15 do Código de Processo Penal.

O auto é lavrado pelo escrivão e por ele encerrado, devendo ser assinado pela autoridade, pelo condutor, pelo ofendido, caso este fora ouvido, pelas testemunhas, pelo preso, pelo ser curador, se menor ou defensor. Se o acusado se recusar de assinar, não souber ou não puder fazê-lo, o auto será assinado por duas testemunhas instrumentárias que tenham ouvido a leitura.

Encerrada a lavratura do auto de prisão em flagrante, esta deve ser imediatamente comunicada ao juiz competente que, por sua vez, deve dar vistas ao Ministério Público, para que este na qualidade de fiscal da lei, se manifeste sobre a irregularidade formal do auto de prisão em flagrante e sobre a possibilidade de liberdade provisória.

A autoridade tem 24 (vinte e quatro) horas para entregar ao presos a nota de culpa, que é a peça inicial deste tipo de prisão, isto é, um instrumento informativo dos motivos da prisão. Sua falta caracteriza omissão de ato essencial, devendo a prisão ser relaxada e o criminoso posto em liberdade imediatamente pela autoridade judiciária por força do artigo 5º, inciso LXV, da Lei Maior.

Depois de cumpridas todas formalidades do auto de prisão, o presidente do flagrante, se convencendo de que está evidenciado ser o conduzido o autor do crime e que sua captura se efetivou em situação de flagrância, mandará recolhê-lo preso. Entretanto, caso o presidente do flagrante, não se convença da autoria do crime do conduzido, não haverá autuação em flagrante, devendo, no entanto, através de portaria instaurar o inquérito policial comum ou militar.

Quando o autor do crime se apresentar espontaneamente à autoridade policial, aquele não poderá ser preso em flagrante, mesmo nos casos que perdure o estado de flagrância. Quando for o caso, com motivos e requisitos legais, deverá a autoridade representar ao juiz para decretação da prisão preventiva.

d) Início da produção de outras provas:

A última das medidas preliminares é a colheita de todas as provas que sirvam para esclarecimento circunstanciado do fato e sua autoria, dessa forma, caberá à autoridade policial judiciária, logo que tenha notícia da ocorrência de uma infração penal militar, apreensão no local do crime, ou fora dele, quaisquer elementos de prova que sejam úteis no à elucidação do fato típico, bem como desenvolver as diligências que se fizerem necessárias, observados os direitos e garantias constitucionais.

4.4.1.2 Instrução do Inquérito Policial Militar.

As atividades no decorrer do Inquérito Policial Militar referem-se à adoção de medidas coordenadas que se dá no início da instrução do procedimento empreendidas sob a responsabilidade da autoridade encarregada das investigações, que providenciará para que todas as peças sejam reunidas cronologicamente, com folhas numeradas e rubricadas pelo escrivão, que será designado pelo encarregado do inquérito, onde presta compromisso de manter sigilo do procedimento e cumprir fielmente a lei. Uma vez, que as medidas preliminares, já foram adotadas pelo encarregado do inquérito, o artigo 13 lei processual castrense, enumera outras medidas que devem ser adotadas na instrução do Inquérito Policial Militar.

a) Declaração do ofendido:

Ofendido é o sujeito passivo da infração penal, contra quem foi dirigida a ação criminosa, por isso, suas declarações possuem um grande valor probatório, devido seu interesse particular na punição do agente criminoso.

É importante frizar que o ofendido não é testemunha, portanto não presta depoimento, mas declarações que são colhidas pelo encarregado do inquérito. Porém o ofendido não é obrigado a responder aquelas perguntas que possam incriminá-lo ou estranhas ao procedimento.

Salvo por motivo justo, uma vez notificado, o ofendido que não comparecer à diligência, poderá ser conduzido coercitivamente. Também é possível sua oitiva mediante carta precatória.

A audiência de oitiva de vítima não deve ser realizada na presença do acusado, somente se estiver sendo realizada em sede da ação penal, até por que no Inquérito Policial Militar não há acusado, pois, é de natureza inquisitiva prescindindo a figura do contraditório.

b) Oitiva do indiciado:

Indiciamento é imputação a uma pessoa, durante o Inquérito Policial Militar, da prática do crime militar que está sendo investigado. Portanto é necessário que existam fortes indícios que lhes sejam desfavoráveis, ou seja, quando existirem elementos informativos suficientes.

O interrogatório do indiciado é uma oportunidade que lhe é dada para apresentar a versão dos fatos, negar a autoria, justificar sua conduta ou mesmo confessar a prática do delito. O interrogando poderá responder as perguntas formuladas pela autoridade policial judiciária militar, sem que seu silêncio possa sujeitá-lo a qualquer sanção jurídica, garantia assegurada pelo artigo 5º, LXIII da Constituição Federal, que revoga a parte final do artigo 305 do Código de Processo Penal, estas serão consignadas ao final e as razões que o indicado teve para não respondê-las.

Se durante o interrogatório ocorrer a confissão espontânea a autoridade policial judiciária militar deverá perguntar sobre quais os motivos e as circunstancias da infração e se outras pessoas concorreram para ela, quais foram e de que modo agira. Mas, se o indiciado negar os indícios sobre sua pessoa, deverá apresentar as provas da verdade de suas declarações.

Quando o indiciado for maior de 18 anos e menor que 21, ser-lhe-á nomeado um curador, que poderá ser seu advogado, caso esteja presente para o ato de interrogatório, se menor de 18 anos, em nenhuma hipótese pode ser indiciado em inquérito, pois, são penalmente inimputáveis, sujeitando-se às normas do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Se houver mais de um indiciado cada um será interrogado separadamente, para evitar qualquer benefício de algum companheiro.

No que concerne à identificação do indiciado, a lei processual penal militar bem como a comum, determina a realização pelo processo datiloscópico, que consiste na tomada das impressões digitais, mas pode também ser realizadas de outras maneiras inclusive a diligência de reconhecimento de pessoa, ou seja, a fixação da identidade do criminoso se houver infundada suspeita sobre o mesmo, pois, se o indicado já houver sido identificado civilmente,

carteira de identidade, não pode ser submetido a uma nova identificação em sede criminal, onde poderá ser amparado por mandado de segurança, como ofensa a direito líquido e certo.

c) Oitiva das testemunhas:

O dever da autoridade policial judiciária militar é prestar ao Ministério Público, informações suficientes à formação da *opinio delicti*. Testemunha é a pessoa que presta esclarecimentos sobre a existência de um fato ou a prática de um ato que tenha ciência.

De forma bem célere, as testemunhas classificam-se em direta quando depõe sobre fatos que presenciou e indireta quando depõe sobre fatos que ouviu comentários; numerária quando integra o número legal máximo permitido no processo; instrumentária depõe sobre atos que tenham assistido ou participado; própria que depõe acerca de fatos objetos da investigação; imprópria quando depõe sobre fatos ou circunstâncias alheias ao fato objeto do inquérito; informante é aquela que não presta compromisso legal de dizer a verdade; referida é a testemunha que foi mencionada em depoimentos anteriores.

Como disciplina o Código Processo Penal Militar em seu artigo 19 § 3º, as testemunhas devem ser ouvidas durante o período compreendido entre as sete e as dezoito horas, caso não se encerre as dezoito horas, a oitiva continuará no dia seguinte, se inadiável deve ser consignada a extrapolação do limite legal, indicados os seus motivos. Contudo a inquirição não pode ultrapassar o limite de quatro horas consecutivas, facultando um descanso de meia hora, sempre que tiver que prestar depoimento posterior.

Uma vez notificada pela autoridade policial judiciária militar, compete à testemunha comparecer, sem poder eximir-se da obrigação de depor, exceto quem tenha grau de parentesco ou afetividade com indiciado ou em decorrência de suas funções, ministérios, ofícios ou profissões que tenham o dever de guardar segredo, conforme artigo 354 e 355 respectivamente ambos do Código Processo Penal Militar.

Algumas pessoas devido às funções que desempenham são legalmente dispensadas de comparecerem ao local indicado pela autoridade para prestarem seus depoimentos, sendo recomendável que o encarregado do Inquérito Policial Militar oficie à autoridade solicitando que indique local, dia e hora para o seu depoimento, essas personalidades são: o presidente e o

vice presidente da República; os governadores dos Estados e do Distrito Federal; os senadores, deputados federais e estaduais; os magistrados; os membros do Ministério Público; os prefeitos municipais; os secretários estaduais; os membros dos Tribunais de Contas da União e dos estados; os presidentes da Ordem dos advogados do Brasil, do Conselho Federal e dos Conselhos Seccionais.

São também dispensadas de comparecimento as testemunhas impossibilitadas de se locomover em razão de enfermidade ou senilidade, sendo ouvidas nos locais em que se encontrarem.

O comparecimento de militar ou funcionário público será requisitado ao respectivo chefe.

As testemunhas serão ouvidas separadamente, para que tenham maior liberdade para narrar o que sabem.

Poderão ser inquiridas, as testemunhas, por intermédio de carta precatória, expedida pelo encarregado do Inquérito Policial Militar à autoridade militar superior do local onde a pessoa estiver residindo ou servindo. A precatória será instruída com a parte que deu origem ao procedimento investigatório, com a portaria que determinou a abertura do inquérito, com os quesitos a serem respondidos pela testemunha.

O depoimento da testemunha será reduzido a termo, pelo escrivão, onde será ao final lido e assinado juntamente com o encarregado e o escrivão, caso não concorde a testemunha pedirá a retificação do que não condiz com suas declarações, e, se, o depoente não souber ler e escrever, certifica-lo-á o escrivão e encerrará o termo, sem necessidade de assinatura a rogo da testemunha.

d) Reconhecimento de pessoas e coisas:

O reconhecimento é meio de prova destinado à verificação e à confirmação da identidade da pessoa ou da coisa já vista anteriormente pelo reconhecedor e que possa ter relação com o fato delituoso sob investigação, no qual será realizado em duas etapas: fazer o reconhecimento e descrever a pessoa ou coisa que deverão ser reconhecidas, e, em seguida a

pessoa ou coisa será colocada ao lado de outras semelhantes para que o reconhecedor a aponte como reconhecida.

Se houver razões para qualquer tipo de intimidação a autoridade policial judiciária cuidará pra que o reconhecedor não veja a pessoa que deve ser reconhecida não há acusado.

As diligências serão efetuadas em separado se forem várias pessoas chamadas a efetuar o seu reconhecimento, igualmente se forem várias as pessoas a serem reconhecidas.

Finalmente, será lavrado um termo minucioso assinado pela autoridade policial, pela pessoa que realizou o reconhecimento e por duas testemunhas instrumentárias.

e) Acareações:

O objetivo do inquérito é busca da verdade real dos fatos que se configurem como crime militar, assim, todos os fatos que possam prejudicar essa busca devem ser objeto de preocupação do Oficial encarregado. Desta maneira, contradições nos depoimentos, relativamente a fatos e circunstâncias relevantes, devem ser objeto de acareação.

Se houver divergências, a acareação deve ser realizada entre os acusados, as testemunhas, acusado e testemunha, entre acusado ou testemunha e a pessoa ofendida ou entre as pessoas ofendidas, segundo o artigo 365 da lei processual militar.

A acareação é feita perante as pessoas apresentam depoimentos divergentes. O oficial encarregado, registrando tudo em auto próprio, deverá explicitar os pontos relevantes onde se configurou a divergência, reinquirindo, a seguir, cada um dos divergentes na presença na presença dos demais, ocorre casos, que as contradições podem acontecer mesmo sem má-fé, razão pela qual a acareação é uma importante oportunidade para que especialmente as testemunhas possam afastar a caracterização do crime de falso testemunho, que, naturalmente, não se configurará se houver a retratação.

e) Perícias:

Incumbe, ainda, ao encarregado do Inquérito Policial Militar determinar a realização de exame de corpo de delito e a quaisquer outros exames e perícias, inclusive a avaliação e identificação da coisa subtraída, desviada, destruída ou danificada, ou da qual houver indébita apropriação. As provas periciais destacam-se no panorama probatório do inquérito por caracterizarem-se como definitivas, isto é, não precisam ser renovadas no transcorrer da ação penal.

g) Busca e apreensões:

A busca será domiciliar ou pessoal, realizada sempre que houver razões para que alguém possa estar guardando consigo qualquer material de posse ilícita ou que possa ser relevante para apuração da materialidade e autoria de uma infração penal.

Atualmente, o respeito à intimidade das pessoas, particularmente em suas residências e locais de trabalho, onde a Constituição Federal, procura disciplinar a busca e apreensão para que cause dano a intimidade das pessoas envolvidas, como salienta o artigo 5º, inciso XI, a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

A entrada em uma casa pode ser realizada a qualquer hora do dia ou da noite nos casos que tenham o consentimento do morador, para prender quem esteja em flagrante delito ou para prestar socorro, no caso de desastre; ou exclusivamente durante o dia, quando em cumprimento de mandado expedido, exclusivamente, por autoridade judicial. E, por conseguinte as disposições do Código Processo Penal Militar, artigos 176 e outros, que não observam tal comando foram revogadas por nossa Carta Magna, pois, permitiam que a autoridade policial realizassem busca domiciliar sem mandado judicial.

A busca domiciliar deverá ser encerrada com a apreensão de seu objeto, se for encontrado, e com a lavratura de um auto circunstanciado de busca e apreensão, nos termos do artigo 189 do Código Processo Penal Militar, que deverá conter um resumo de todos os fatos ocorridos no curso da diligência, a qualificação das testemunhas que presenciaram a busca,

com declaração do lugar, dia e hora em que se realizou, com citação das pessoas que a sofreram e das que nelas tomarem parte ou as tenham assistido, todos incidentes ocorridos e a relação e descrição das coisas apreendidas, também serão apreendidas as armas e objetos pertencentes às Forças Armadas ou de uso exclusivo de militares, quando em posse indevida ou quando incerta sua propriedade. A autoridade policial judiciária militar, quando, para a apreensão, for em perseguição de pessoa ou coisa, poderá penetrar e executar a diligência em território sujeito a diversa circunscrição.

Considera-se que o agente encontra-se em seguimento de pessoa ou coisa quando, tendo conhecimento de sua remoção ou transporte, a seguir sem interrupção, embora depois a perca de vista; ainda que não tenha avistado a pessoa ou coisa, foi em seu encalço, sabendo, por informações fidedignas ou circunstâncias da investigação, que está sendo removida ou transportada em determinada direção.³⁷

A busca pessoal, nos termos do artigo 180 da lei processual penal, consiste na procura de material feita nas vestes, pastas, malas e outros objetos que estejam com a pessoa revistada, e, quando necessário, no próprio corpo. A lei, ampara hipóteses em que a busca pessoal poderá ser feita sem a expedição de mandado, no momento do aprisionamento da pessoa; quando for determinada no curso de uma busca domiciliar; se houver fortes suspeitas que alguém esteja de posse de instrumento ou produto do crime, ou traga consigo objetos ou papéis que constituam corpo de delito; quando realizadas pelo juiz ou pela autoridade encarregada do Inquérito Policial Militar.

h) Proteção das testemunhas, peritos e ofendidos:

A persecução criminal depende das provas colhidas, nas quais darão suporte à deflagração da ação penal e ao livre convencimento do magistrado, assim, a autoridade policial judiciária militar tem a incumbência de assegurar a coleta dos elementos probatórios e de impedir novos atentados à ordem jurídica, bem como garantir a incolumidade daqueles ou se esforçam para repressão ao crime.

i) Reprodução simulada do crime:

Através do parágrafo único do artigo 13 do Código Processo Penal Militar, existe a possibilidade da reprodução simulada do crime, sempre que o encarregado do Inquérito

³⁷ SARAIVA, Alexandre José de Barros Leal. *op.cit.* p. 33.

Policial Militar julgar necessário para o esclarecimento de pontos obscuros e, principalmente, para o entendimento da dinâmica como se desenvolveu a infração penal.

Na reprodução simulada do crime pode ocorrer a comparação das versões apresentadas por testemunhas, vítimas e indiciados que apresentem versões diferentes sobre o desenrolar da ação criminosa, devendo ser registrada através de fotos, croquis, desenhos, etc.

A sua realização é proibida por lei, se importar em ofensa a moralidade ou a ordem pública, ou atentar contra a hierarquia e disciplina militar.

4.5 DETENÇÃO, PRISÃO PREVENTIVA, MENAGEM, INCOMUNICABILIDADE DO INDICIADO E O SIGILO DO INQUÉRITO POLICIAL MILITAR E O ADVOGADO.

4.5.1 Detenção

Não se pode esquecer que a Constituição Federal garante que ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita da autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei, artigo 5º, inciso LXI da Lei Maior. Logo, inicialmente podemos concluir que a Carta Magna ab-rogou a Lei Processual Penal Militar, onde versa:

Independente de flagrante delito, o indiciado poderá ficar detido, durante as investigações policiais, até trinta dias, comunicando-se a detenção à autoridade judiciária competente. Esse prazo poderá ser prorrogado, por mais vinte dias, pelo comandante da Região, Distrito Naval ou Zona Aérea, mediante solicitação fundamentada do encarregado do inquérito e por via hierárquica.³⁸

Devemos, considerar que o legislador constituinte considerou que na parte final do artigo 5º, inciso LXI, há a permissão da prisão, onde esta independe de ordem judicial, nos casos de transgressão disciplinar ou crime propriamente militar, e, somente nestes casos pode a autoridade policial judiciária militar pode decretar a prisão do indiciado, nos termos do artigo 18 da lei processual penal.

No entanto, o encarregado do Inquérito Policial Militar não poderá determinar a detenção por prazo maior ao da pena cominada em abstrato para o delito ou se a sanção

³⁸ Artigo 18 do Código Processo Penal Militar.

aplicável não for privativa de liberdade, igualmente, não será permitida a detenção por parte da autoridade policial judiciária militar nos casos em que cabe a liberdade provisória, conforme o preceito contido no artigo 5º, inciso LXVI da Constituição.

A detenção do indiciado, ainda que se trate de crime militar arbitrariamente pela autoridade policial judiciária, pois, a liberdade do homem é garantida pelo estado Democrático de Direito e deve ser protegida, então, ao Membro Do Ministério Público Militar, é obrigatório verificar se a detenção obedeceu aos requisitos e exigências legais.

A adoção da medida coercitiva depende da ocorrência de fatores que tornem a detenção indispensável ao sucesso das investigações ou garantia da ordem militar, senão pode caracterizar-se em medida arbitrária confrontando o princípio da presunção do estado de inocência, onde o despacho da autoridade policial que determinar a detenção deverá indicar quais as circunstâncias que autorizaram a adoção da privação de liberdade do indiciado, passará pelo parecer do Ministério Público e do Judiciário.

4.5.2 Prisão Preventiva

Diante da existência de pressupostos legais que asseguram os interesses sociais de segurança, o juiz pode decretar a prisão preventiva, na qual se trata de medida cautelar, excepcional de cerceamento de liberdade, a prisão preventiva, é permitida ao encarregado do inquérito, quando estiver plenamente demonstrada sua imprescindibilidade e satisfeitos os requisitos exigidos pela lei.

A autoridade policial judiciária militar não pode determinar prisão preventiva, devendo, no entanto, representar em qualquer fase do inquérito, ao juízo competente requerendo a aplicação de tal medida, onde na representação o encarregado do Inquérito Policial Militar deverá fazer uma análise do cabimento de tal medida, onde existam pressupostos que autorizem a prisão preventiva apresentando um breve histórico sobre a ocorrência, tornando indispensável a prova do fato delituoso, ou seja, a existência material do crime e indícios suficientes de autoria, não podendo se conformar o legislador com meras suspeitas ou indícios de sua ocorrência. Esses indícios não se confundem com provas conclusivas de que o indiciado tenha praticado a conduta, bastando a probabilidade de autoria, não sendo suficiente para decretação da prisão preventiva.

O artigo 255 do Código Processo Penal Militar e suas alíneas dispõe de outras cinco medidas para decretação da prisão preventiva são elas:

a) Garantia da ordem pública: para que as autoridades exerçam o controle da sociedade, busca-se com essa medida, evitar a prática de novos delitos criminosos, ou pela tendência do agente ou encontrando os mesmos estímulos que levaram ao delito, contribuindo para proteção social ao restituir a confiança nas instituições;

b) Conveniência da instrução criminal: o que o legislador pretende é a apuração normal da infração penal e de sua autoria no decorrer do inquérito, evitando a interferência do indiciado na atividade investigatória na tentativa de prejudicá-la, total ou parcialmente, através da destruição de vestígios ou algum objeto relacionado com o crime, coação de vítimas ou testemunhas, etc;

c) Periculosidade do indiciado: com a análise do comportamento geral do indivíduo é que se tem a conclusão da presença da periculosidade autorizadora do cerceamento cautelar de sua liberdade, ou seja, a verificação de agressividade, perversidade, premeditação, entre outras características;

d) Segurança da aplicação da lei penal: serve para garantir que a aplicação do direito não se frustrasse pela fuga do indiciado em situações que represente a decretação de prisão preventiva, como não possuir endereço certo e falta de profissão definida, portanto, a primeira providência do Estado através do trabalho da polícia judiciária é aplicar a sanção penal aos que se desobedecem aos mandamentos legais e eficaz aplicação da pena;

e) Exigência de manutenção das normas de hierarquia e disciplina militares: serve para evitar a idéia de impunidade aos integrantes das Forças Armadas e qualquer incentivo das práticas criminosas, funcionando como resposta célere da justiça castrense para obedecer aos pilares das instituições militares, os princípios da hierarquia e disciplina;

Desta forma, a enumeração legal dos fundamentos que justificam a imposição da custódia é exaustiva. De modo que, fora dessas hipóteses, não há como se decretar a prisão preventiva do indiciado, quando desaparecem essas razões, a prisão preventiva deverá ser revogada. No entanto, se surgir novo ou mesmo fundamento o juiz decretará a prisão

preventiva devendo expedir mandado de prisão que contenha os requisitos do artigo 225 da lei processual penal, em que a autoridade judiciária ou o encarregado do inquérito que ordenar a prisão fará expedir em duas vias o respectivo mandado, com os seguintes requisitos: será lavrado pelo escrivão do processo ou do inquérito, ou *ad hoc*, e assinado pela autoridade que ordenar a expedição; designará a pessoa sujeita a prisão com a respectiva identificação e moradia, se possível; mencionará o motivo da prisão; designará o executor da prisão.

4.5.3 Menagem

A justiça militar possui um instituto exclusivo para aplicação da lei penal, não aplicado na justiça comum é a chamada menagem, na qual se trata de um benefício concedido aos militares, assemelhados e civis sujeitos a jurisdição militar ainda não condenados, os quais assumem o compromisso de permanecer no local indicado pela autoridade competente.

O indiciado em Inquérito Policial Militar poderá ser submetido a menagem, que consiste em uma espécie de privação preventiva cumprida em uma cidade, quartel, ou mesmo na própria habitação, sem rigor carcerário, podendo ser comparada à liberdade provisória.

A origem da menagem remonta da Grécia e Roma, referente à aférese da palavra homenagem.³⁹, possui dupla natureza jurídica, é prisão provisória, porque o homenageado não pode retirar-se do lugar para o qual foi ela concedida sob pena de cassação, mas por outro lado é um benefício porque a menagem não é cumprida com rigores carcerários.

A autoridade policial judiciária militar poderá requerer ao juiz a aplicação da medida, desde que atendidos os requisitos exigidos pelo artigo 263 da lei que assevera que a menagem poderá ser concedida pelo juiz, nos crimes cujo máximo da pena privativa da liberdade não exceda a quatro anos, tendo-se, porém, em atenção a natureza do crime e os antecedentes do acusado..

Ao reincidente não concederá a menagem, conforme artigo 269 Código Processo Penal Militar, podendo ser concedida a todo o momento estando o indiciado preso.

³⁹ SAPPER, Maj. PM Gerson Antônio. **Apostila de Direito Processual Penal**. Curso Formação Básica de Polícia Militar. 2006. p. 18

O princípio básico que rege a menagem é a confiança, onde o indiciado da sua palavra de honra de que comparecerá a todos os atos processuais, sendo quebrada quando sem justa causa deixar o acusado de comparecer nesses atos, abandonar os limites do lugar que a estiver cumprindo ou quando sobrevier motivos que autorizem a prisão preventiva. A menagem poderá ser revogada obrigatoriamente quando houver a sentença penal condenatória, ainda que não tenha passado em julgado.

A qualquer tempo da menagem o juiz entendendo não haver mais necessidades da justiça castrense, pode liberar o homenageado na forma do artigo 267, parágrafo único do Código Processo Penal Militar.

4.5.4 Incomunicabilidade do indiciado

Um dos pontos mais polêmicos na atividade da Polícia Judiciária, seja civil ou militar esteja a incomunicabilidade do indiciado desperta acirrados debates entre os renomados doutrinadores.

Tal procedimento assegura a verificação das informações iniciais transmitidas pelo preso, dando oportunidade para que estas sejam rapidamente apuradas, no qual tem-se em vista, em certos casos, a divulgação das declarações prestadas pelo indiciado em proveito de partícipe do crime, ainda não detidos. Para o capitão da polícia militar chefe da corregedoria de São Paulo, Reinaldo Zychan de Moraes, procurou-se criar um sistema pelo qual as informações pudessem ser verificadas antes que outros envolvidos no delito, sabendo dos dados apresentados pelo preso em seu interrogatório, tivessem a possibilidade de destruir ou de fazer desaparecer elementos materiais, coagir testemunhas, criar falsos álibis, ou de se ocultarem ou fugirem.⁴⁰

A discussão da incomunicabilidade do indiciado versa sobre sua recepção por nossa Constituição Federal, particularmente em face do disposto no artigo 5º, inciso LXVIII, e do artigo 136, §3º, inciso IV.

⁴⁰ MORAES, Reinaldo Zychan de. *op. cit.* p. 137.

O prazo de incomunicabilidade com o indiciado é de 03 (três) dias no máximo, onde os motivos deverão estar expressos nos autos através de despacho do fundamentado do encarregado do Inquérito Policial Militar, devido a atribuição do artigo 17 da lei processual penal militar. O indiciado está proibido de comunicar-se com qualquer pessoa, à exceção de seu advogado, que conta com a prerrogativa legal, comunicar-se com seus clientes, mesmo sem procuração, estando presos em estabelecimentos civis ou militares, conforme dispõe o artigo 7º, inciso III da Lei 8906/94, Estatuto do Advogado.

Essa medida é amparada no interesse social que exige a persecução penal, todavia se durante o Inquérito Policial Militar a liberdade de comunicação tornar as investigações sem proveito, a incomunicabilidade será adotada com respaldo na conveniência da investigação.

4.5.5 Sigilo do Inquérito Policial Militar e o Advogado.

O Inquérito Policial Militar é um procedimento sigiloso sua essência é guardar informações, armas e recursos ao delinqüente, para frustrar a atuação da autoridade, na apuração do crime e da autoria, como prescreve o artigo 16 do Código Processo Penal Militar, apesar de sigiloso, o encarregado pode permitir que o advogado tome conhecimento do inquérito.

O sigilo é uma qualidade fundamental à investigação, uma vez que a publicidade não tem aplicabilidade a esse procedimento de apuração castrense, sob pena de serem colocados empecilhos, obstáculos que, por muitas vezes, inviabilizam a produção desta prova, onde todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, conforme artigo 5º, inciso, XXXIII da Constituição Federal.

O sigilo não atinge o Ministério Público e o judiciário, que podem acompanhar os atos investigatórios.

Tal disposição, não muda a fase inquisitorial do Inquérito Policial Militar, instrumento que visa proteger o indiciado de excessos e ilegalidades eventualmente ocorridas, onde não existe a figura do contraditório e da ampla defesa, pois se não há acusação não se fala em

defesa, embora não seja um ato arbitrário. Há, contudo de serem observadas as garantias constitucionais de cidadão, sob pena dos atos de investigação praticados tornarem-se em “abuso de autoridade”, com conseqüências no campo penal.

4.6 PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO POLICIAL MILITAR

Em consonância com o artigo 20 do Código Processo Penal Militar, o inquérito deverá terminar no prazo de 40 dias, se o indiciado estiver em liberdade, a contar de sua instauração, portaria, sendo tal prazo prorrogável por mais vinte dias. Ao contrário, estando o indiciado preso, o inquérito deverá ser concluído em 20 dias, a contar da data que se executar a ordem de prisão. Se no curso do Inquérito Policial Militar decorrer a detenção ou decretação da prisão preventiva do indiciado, a autoridade terá 20 dias a partir deste ato para a conclusão do procedimento apuratório, desde que não tenham passado mais de vinte dias da data de instauração.

A lei admite a prorrogação do prazo por mais vinte dias, se o indiciado estiver solto, desde que não estejam concluídos exames ou perícias já iniciadas, ou haja necessidade de diligências indispensáveis para o esclarecimento do fato. Se acaso permanecer as dificuldades para a compreensão dos fatos, estando o indiciado, admite-se, também uma nova prorrogação, a juízo do Ministro Militar, onde ao juiz serão remetidos, os laudos exames que não foram concluídos e aqueles colhidos após a prorrogação, que também será informado sobre o lugar onde se encontram as testemunhas que deixaram de ser ouvidas.

Os prazos que estiverem parados, em decorrência da incompatibilidade hierárquica entre o encarregado do inquérito e o futuro indiciado não será computado no período determinado por lei para conclusão da investigação. Neste caso, enquanto não for designado novo encarregado, que não seja subordinado do militar a ser indiciado, o prazo para conclusão do inquérito permanece suspenso, nos termos no artigo 20, § 3º do Código Processo Penal Militar.

O tratamento legal que se refere aos prazos e suas prorrogações são motivos de várias críticas merecedoras de uma reforma baseada em uma disciplina moderna e compatível com as atribuições e instituições envolvidas na *persecutio criminis*:

(...) O período de 40 dias é longo, que acrescido de mais 20 dias como sempre ocorre, torna-se prejudicial, ora se o Inquérito Policial Militar é um procedimento instrumental e preparatório da futura ação penal. Esta, por sua vez, só pode ser promovida pela iniciativa do Ministério Público, que recebendo informações contidas no inquérito oferece denúncia. Portanto, somente o órgão Ministerial, reúne os predicados e a clarividência exigíveis para verificar se nos autos de inquérito estão presentes os elementos necessários e indispensáveis ao oferecimento da exordial acusatória, é certo, que o requerimento destinado a prorrogação do prazo do Inquérito Policial Militar teria que ser feito ao Ministério Público, titular da ação penal, a quem cabe sopesar quanto à necessidade ou não da dilatação desse prazo, tendo em vista os elementos que entender necessários para formação da *opinio delicti*.⁴¹

Contudo, encerrados os prazos descritos em lei, a regra geral diz que não há possibilidade legal de novas prorrogações, devendo o inquérito ser relatado e solucionado, e se for o caso a indicação dos atos instrutórios que não foram realizados, e, os laudos periciais e outros documentos posteriormente obtidos deverão ser remetidos à justiça castrense que ao receber o Inquérito Policial Militar, o representará ao Ministério Público, e este com atribuição do oficial do feito, analisando-o, poderá concordar ou não com a necessidade da realização dos atos instrutórios que faltaram indicados pelo Oficial encarregado. Não concordando o Ministério Público com a necessidade de outras diligências, o representante poderá apresentar a denúncia e requerer o arquivamento dos autos.

4.7 DO ENCERRAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL MILITAR

O trabalho do encarregado do Inquérito Policial Militar é demasiadamente complexo, pois, precisa organizar uma série de informações para formar conclusões referente ao término das investigações, ou seja, formar um minucioso relatório, no qual deverá fazer um histórico das diligências, dos fatos, indicar as testemunhas ouvidas e os resultados alcançados, arrolar os objetos apreendidos e concluir sobre a autoria e materialidade do crime, como determina o *caput* do artigo 22 da lei processual penal militar, que, em seguida também dispõe que o Oficial encarregado deverá manifestar-se, fundamentadamente, sobre a necessidade de decretação da prisão preventiva do indiciado.

Devido o Inquérito Policial Militar possuir caráter instrumental e preparatório, o encarregado deve abster-se de fazer juízo de valor sobre o delito que está sendo apurado e questões de direito ou suposta culpabilidade do indiciado, não deve nessa exposição expender

⁴¹ SARAIVA, Alexandre José de Barros Leal,. Op. cit. p. 59.

opiniões ou julgamento, mas apenas prestar todas as informações colhidas durante as investigações e diligências realizadas.⁴²

O encarregado deverá enviar à autoridade de polícia judiciária o inquérito finalizado, para que esta homologue ou não o resultado das investigações, neste caso, a autoridade superior deve avocar o procedimento e dar-lhe solução diferente. Não se pode, porém esquecer que a *opinio delicti* é exclusiva do Ministério Público e independe da conclusão da autoridade policial judiciária.

Feita a conclusão do Inquérito Policial Militar, autoridade policial judiciária o remete ao juízo competente, ou seja, à Circunscrição Judiciária Militar do local onde ocorreu a infração penal, onde se houver mais de uma Auditoria a remessa deverá ser feita para a primeira, a quem cabe a distribuição.

Se as infrações são cometidas no exterior, o inquérito será remetido para a primeira Auditoria da Capital Federal.

Deve-se salientar que as Auditorias Especializadas não existem mais, revogando, portanto, a parte inicial do artigo 23 § 1º do Código Processo Penal Militar, conforme dispõe artigo 11 § 2º da Lei 8457 de 04 de setembro 1992, que organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento de seus serviços auxiliares, no qual dispõe, que As Auditorias tem jurisdição mista, cabendo-lhes conhecer dos feitos relativos à Marinha, Exército e Aeronáutica.

A devolução do inquérito é motivada por requisição do Ministério Público ou por determinação do juiz, que em qualquer das hipóteses o juiz marcará o prazo, não excedente de 20 dias, para restituição dos autos, artigo 26 do Código Processo Penal Militar, onde o parágrafo único deste artigo foi revogado pelo artigo 8º § 5º da Lei 75 de 21 de maio 1993, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União, é fixado o prazo de até dez dias úteis para o atendimento, prorrogável mediante solicitação justificada. As requisições ministeriais são institutos disciplinados por lei, com respaldo constitucional, a quem cabe fiscalizar a execução de forma exclusiva.

⁴² MIRABETE, Julio Fabbrini. **Código de Processo Penal Interpretado**, p. 52.

4.8 ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL MILITAR

A autoridade policial judiciária militar realiza a atividade auxiliar e preparatória da futura ação penal, por conseguinte, esta autoridade nunca poderá determinar o arquivamento do Inquérito Policial Militar ou qualquer peça informativa, independente da existência de inquérito, pois, ainda que inexistente o fato ou a autoria, o arquivamento não pode ser provocado por ser encarregado, que deverá unicamente encerrar o procedimento e encaminhar os respectivos autos ao juiz competente.

O arquivamento do inquérito será requerido pelo Membro do Ministério Público Militar ao Juiz-Auditor, cabendo ao magistrado decidir ou não pelo deferimento da pretensão acusatória.

Arquivado o Inquérito Policial Militar pelo Juiz, a requerimento do Ministério público, a autoridade policial judiciária poderá realizar outras diligências, se tiver notícias de novas provas, confirmando-se a existência de elementos probatórios inéditos que alterem o inquérito arquivado, o Ministério Público as analisa e requisita a instauração de um novo Inquérito Policial Militar, porque o arquivamento não causa a preclusão.

4.9 DA DISPENSA DO INQUÉRITO POLICIAL MILITAR

O Inquérito Policial Militar como o inquérito policial comum, não é indispensável para o início da ação penal, a qual poderá ser iniciada com outras peças informativas que indiquem a iniciativa justa do Ministério Público propor a persecução penal.

São previstas hipóteses não taxativas no artigo 28 da lei processual penal em que o procedimento investigatório militar é dispensado, sem prejuízo de diligência requisitada pelo Ministério Público, quando o fato e sua autoria já estiverem esclarecidos por documentos ou outras provas materiais; nos crimes contra a honra, quando decorrerem de escrito ou publicação, cujo autor esteja identificado e nos crimes previstos nos artigos 341 e 349 do Código Penal Militar, ou seja, Desacato a Autoridade e Desobediência à Decisão Judicial Militar.

Se, portanto, os objetivos do Inquérito Policial Militar já foram atingidos de qualquer outro meio lícito, não há razão para que este procedimento seja instaurado trazendo somente uma demora para o processo penal e quando o Juiz Auditor rejeitar a denúncia que não apresentar justa causa para o início da ação penal.

Nos crimes contra honra decorrentes de escritos ou publicações, onde o autor esteja identificado, observa-se que o procedimento de Policia Judiciária é muitas vezes necessário, tornando-se comum no decorrer do processo, que o autor venha negar a autoria das ofensas, havendo a necessidade de realização de exames periciais para determinação de autoria de escritos ou assinaturas ou que o autor apresente provas que seu nome foi indevidamente inutilizado, assim, o inquérito pode ser instaurado ou não depois de uma apreciação das particularidades do caso concreto.

Aos delitos tipificados nos artigos 341 e 349 do Código Penal Militar, ou seja, Desacato a Autoridade Judiciária Militar e Desobediência a Decisão Judicial, tais infrações penais castrenses tem em comum o fato de ocorrerem na esfera dos órgãos da justiça militar, e, nesses casos pode ocorrer a instauração do inquérito, mais precisamente no segundo delito, pois, pode haver justa causa para que a ordem judicial seja cumprida, bem como tornar-se impossível sua realização apesar dos esforços da autoridade administrativa a que foi dirigida a requisição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição Federal traça para as Forças Armadas, Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares, um perfil baseado no respeito aos princípios basilares da hierarquia e disciplina, no qual torna-se fundamental para a compreensão do chamado, crime militar, e, principalmente sob o âmbito legal que rege a instauração e instrução dos Inquéritos Policiais Militares.

O Código Processo Penal Militar foi estruturado com o objetivo de tratar de crimes militares, contudo a atual Constituição Federal de 05 de outubro 1988 restringiu a competência da Justiça Militar para processamento e julgamento dos crimes de natureza castrense, não recepcionando as disposições referentes a crimes praticados por civis, ou seja, a prática de um ato que não esteja previsto nas leis militares, como por exemplo, o aborto, traz como consequência a atipicidade do fato, e também a falta de justa causa para o oferecimento da ação penal.

Desta maneira, nossa Lei Maior prevê a existência do crime militar, atribuindo ao Código Penal Militar, Decreto-lei 1001 de 1969, a definição desses crimes, divergentes do Código Penal Comum e de outras leis penais.

Sob a ótica da lei penal castrense surge a perfeita compreensão sobre as atividades das autoridades de Polícia Judiciária Militar, onde estas autoridades deverão instaurar o Inquérito Policial Militar observando a existência de qualquer indício da prática de uma infração penal desta natureza. Tal instauração poderá ser delegada, sempre que houver necessidade, para um Oficial da ativa, superior hierárquico do militar que se supõe tenha praticado a infração penal.

A instrução do Inquérito Policial Militar, depois de instaurado, poderá ser realizada pelas autoridades definidas no artigo 7º da lei processual penal castrense, ou seja, as autoridades de Polícia Judiciária Militar ou delegada a Oficial da ativa, desde que superior hierárquico do indiciado.

A realização das atividades probatórias do procedimento investigatório militar, embora muito semelhante com o inquérito policial comum, observam as condições legais que regem as Instituições Militares ou os próprios militares.

No encerramento da instrução do Inquérito Policial Militar, o Oficial encarregado deverá confeccionar o relatório, no qual deverá resumir todos os fatos de maior relevância que norteiam a ocorrência da infração penal militar e sua autoria. O relatório deverá ser a última peça a ser confeccionada se a própria autoridade de Polícia Judiciária Militar instaurar e presidir o inquérito. No entanto, se houver delegação da instrução, após o relatório a autoridade deverá confeccionar a chamada solução, onde serão revistas as medidas adotadas pelo Oficial encarregado e, particularmente, as conclusões apresentadas. Se houver divergência de opiniões, a autoridade de Polícia Judiciária Militar poderá alterar as conclusões, desde que o faça de forma fundamentada.

Encerrado o Inquérito Policial Militar, os autos devem ser remetidos à Justiça Militar, devido a sua competência para apreciar a matéria.

Como já salientado, apesar de o Inquérito Policial Militar se apresentar de forma muito parecida com o Inquérito Policial Comum, no primeiro houve a influência dos princípios de hierarquia e disciplina recepcionados pela constituição que ocasionou uma reestruturação dos procedimentos realizados pela Polícia Judiciária Militar para o apuratório das infrações penais militares.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do. **Texto Constitucional Promulgado em 5 de outubro de 1988**, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 48/2005 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.

CARVALHO, Alexandre Reis de. **A tutela jurídica da hierarquia e da disciplina militar: aspectos relevantes**. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 806, 17 set. 2005. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7301> . Acesso em: 01 de junho de 2007.

COSTA, Rafael Monteiro. **O inquérito policial militar como instrumento legal de apuração dos crimes dolosos contra vida de civil praticados por policiais militares em serviço**. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 933, 22 jan. 2006. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7843> . Acesso em: 01 de junho. 2007.

ESPECIAIS. Juizados. Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995.

FRONZA, Douglas. **Inquérito Policial Militar – Comentários**. DireitoNet 20/12/2006. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/x/30/99/3099/>. Acesso em 01 de junho de 2007.

GRECO FILHO, Vicente. **Manual de Processo Penal**. 6ª ed. São Paulo, Editora Saraiva, 1999.

JUNIOR, Azor Lopes da Silva. **Crime Militar: Conceito e Jurisdição**. Jus Vigilantibus. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7195&p=2> . Acesso em 01 de junho de 2007.

LEAL, Alexandre José de Barros. **Inquérito Policial e Auto de Prisão em Flagrante nos Crimes Militares**, 1ª Ed., São Paulo, Atlas, 1999.

Lei nº 7170 de 14 de dezembro de 1983.

Lei nº 9.299, de 07 de agosto de 1996.

Lei nº 9.839 de 27 de setembro de 1999.

MARTINS, Eliezer Pereira. **Direito Constitucional Militar**. Teresina, ano 7, n. 63, mar. 2003. Jus Vigilantibus. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3854> . Acesso em 23 de Maio de 2007.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 23ª ed., São Paulo Malheiros Ed., 1998.

MELLO, Rogério Luís Marques de . **Processualidade disciplinar militar e valores castrenses**, 05 de Abril de 2006. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/x/25/38/2538/> Acesso em 01 de junho de 2007.

MILITAR, Código de Processo Penal. Dec-lei nº 1002, de 21 de outubro de 1969.

MILITAR, Código Penal. Dec-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969.

MILITAR, **Manual de Inquérito Policial. Incluindo Sindicância e Auto de Prisão em Flagrante Delito**. Polícia Militar de Rondônia. 1991.

MILITARES, Estatuto dos. Lei 6880 de 09 de dezembro de 1980.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de Direito Penal; parte geral**. 2ª ed. São Paulo, Atlas, 1986. Volume I.

_____. **Processo Penal**, 2ª ed. São Paulo Atlas, 1992.

_____. **Código de Processo Penal Interpretado**, 5ª ed. São Paulo Atlas, 1997.

MORAES, Reinaldo Zychan de. **Crimes Militares e o Inquérito Policial Militar**, 1ª Ed., São Paulo, Ernesto Reichmann, 2003.

MORENO, Fabrício Gonçalves Dias Moreno, Adnael Alves da Costa Neto, Ângelo Bacigalupo Neto, Marcelo Augusto César, Rubens Caruso Neto, acadêmicos de Direito do Centro Universitário de Rio Preto (UNIRP) - **Justiça militar: extinguir ou reformar**. <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1572> . Acesso em 01 de junho de 2007.

NORONHA, E. Magalhães. **Curso de Direito Penal**. 23ª ed., São Paulo, Saraiva, v. 3, 1998.

PÚBLICO, Lei Orgânica Nacional do Ministério. Lei nº 8625 de 12 de fevereiro de 1993.

PENAL, Código. Decreto-lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940.

PENAL, Código de Processo. Decreto-lei nº 3.689 de 03 de Outubro de 1941.

ROSA, Paulo Tadeu Rodrigues. **Ilícito administrativo e ilícito penal – existem diferenças?**

Jus Vigilantibus, Vitória, 13 dez. 2004. Disponível em:

http://jusvi.com/doutrinas_e_pecas/ver/26212621. Acesso em: 23 de maio 2007.

_____. **Inconstitucionalidade da lei que altera o foro militar e a Emenda Constitucional nº 45/2004.** Jus Vigilantibus, Vitória, 23 fev. 2006. Disponível em:

http://jusvi.com/doutrinas_e_pecas/ver/20252. Acesso em: 23 de maio 2007.

_____. **Aplicação do princípio do contraditório no IPM.** Jus Vigilantibus, Vitória, 10 nov. 2004. Disponível em:

http://jusvi.com/doutrinas_e_pecas/ver/2488. Acesso em: 23 de maio 2007.

_____. **Princípios Constitucionais e o Inquérito Policial Militar.** Jus Vigilantibus, Vitória, 23 fev. 2006. Disponível em:

http://jusvi.com/doutrinas_e_pecas/ver/20252. Acesso em: 23 de maio 2007.

_____. **O Código Penal Militar e o conceito de militar.** Publicado no Recanto das Letras em 06/04/2007. Disponível em:

<http://www.recantodasletras.net/textosjuridicos/440219>. Acesso em: 01 de junho de 2007.

SAPPER, Maj. PM Gérson Antônio. **Apostila de Direito Processual Penal.** Curso Formação Básica de Polícia Militar. 2006.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 18ª ed., São Paulo: Malheiros Ed., 2000.

SINDICANCIA, **Formulários sobre Inquérito Policial Militar, Auto de prisão em flagrante** delito e. Ministério do Exército. 1ª ed. 1979.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal.** 18ª ed., São Paulo, Saraiva, 1999.

UNIÃO, **Estatuto do Ministério Público da.** Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993.

UNIÃO. **Justiça Militar.** Lei 8457 de 04 de setembro 1992.

ANEXOS